

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO
DIRETORIA DE PÓS- GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ELIANA MASSAE KANAZAWA

O IDOSO E O DIREITO À EDUCAÇÃO: ANÁLISE DE ATIVIDADES
ESCOLARES UTILIZADAS COM ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO

São Bernardo do Campo/SP

2021

ELIANA MASSAE KANAZAWA

O IDOSO E O DIREITO À EDUCAÇÃO: ANÁLISE DE ATIVIDADES
ESCOLARES UTILIZADAS COM ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO

Dissertação apresentada à Universidade Metodista
de São Paulo, como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientação: Prof^a. Dra. Cristina Miyuki Hashizume.

São Bernardo do Campo/SP

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

K131i Kanazawa, Eliana Massae

O idoso e o direito à educação: análise de atividades escolares utilizadas com alunos da rede municipal de educação de São Paulo / Eliana Massae Kanazawa. 2021.

88 p.

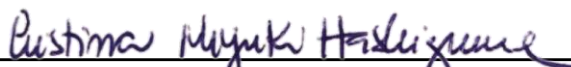
Dissertação (Mestrado em Educação) --Diretoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2021.

Orientação de: Cristina Miyuki Hashizume.

1. Direitos humanos 2. Envelhecimento 3. Educação de adultos – Idosos 4. Educação de jovens e adultos - EJA I. Título.

CDD 374.012

A dissertação de mestrado intitulada: "O IDOSO E O DIREITO À EDUCAÇÃO: ANÁLISE DE ATIVIDADES ESCOLARES UTILIZADAS COM ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO", elaborada por ELIANA MASSAE KANAZAWA, foi apresentada e aprovada em 07 de junho de 2021, perante banca examinadora composta por Profa. Dra. Cristina Miyuki Hashizume (Presidente/UMESP), Profa. Dra. Izabel Cristina Petraglia (Titular/UMESP) e Profa. Dra. Ana Maria Falsarella (Titular/Universidade de Araraquara)



Profª. Dra. Cristina Miyuki Hashizume

Orientadora e Presidente da Banca Examinadora



Profº. Dr. Sérgio Marcus Nogueira Tavares

Coordenador do Programa de Pós-Graduação

Programa: Pós-Graduação em Educação

Área de Concentração: Educação

Linha de Pesquisa: Formação de Educadores

Para Wagner, sinônimo de felicidade

Para os meus pais, Luiza e Kazuharu, in memorian, pelo amor e dedicação com que me criaram e me fizeram uma pessoa forte e de bem com a vida

Para os meus irmãos, Kazuo (in memorian) e Marie, pelos bons momentos que vivemos juntos na infância, adolescência, maturidade, e pelo apoio em momentos difíceis de nossas vidas

Para os meus sobrinhos, Xan, Marcinho, Kau, Kae e Jun, pelo orgulho por terem se tornado pessoas exemplares

Para os meus tios, tias e primos Sakai-Kanazawa, pelas brincadeiras e vivências que me ensinaram o que é a força da união de sangue. Ao meu tio-padrinho Yukio, o meu especial abraço

Para os meus cunhados, Claudio e Arinda, pela formação dos meus sobrinhos

Para os meus sobrinhos-netos, Aidan, Hiro e para os que ainda vão chegar, pela certeza de que a nova geração da família estará bem representada no futuro

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) e a Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) pelo apoio que possibilitou a realização da presente pesquisa.

Às professoras Dra. Izabel Cristina Petraglia e Dra. Ana Maria Falsarella pelas contribuições para a pesquisa, e pela participação na banca examinadora.

À minha estimada orientadora Profa. Dra. Cristina Miyuki Hashizume pela paciência com que me acolheu como orientanda, pelas orientações e sugestões, e, principalmente, pela compreensão nos meus momentos pessoais mais difíceis com a doença e perda de minha mãe.

Aos professores, colegas e funcionários do Programa de Pós- Graduação em Educação da UMESp, pelos ensinamentos e pela convivência durante os períodos em que fui mestrande, entre os anos de 2011-2013 e 2019-2021. Dedico um agradecimento especial às funcionárias da biblioteca da UMESp.

Aos amigos do Colégio Estadual de São Paulo (CESP), por estarmos juntos desde a nossa adolescência. Espero que sejamos exemplos de envelhecimento ativo. Dedico um abraço especial para Mary e Ode.

Aos amigos e colegas das escolas da rede municipal de ensino de São Paulo com quem trabalhei durante anos, e juntos atuamos com as turmas de EJA, e comemos muitas pizzas. Obrigada, Aninha, Norma, Irene, Maura, Gláucia, Ju, Lilian, Marilene, Mag, Berna, Fran, Luisa, Gonsales, Marlene, Cleide, Antonia, Baroni (pai e filho), Aldemir, Lucinda. Dedico um abraço especial para o meu amigo Cris.

Às amigas da FEUSP, Eunice, Eliana, Iriane e Cecília.

“Jamais envelheçam, apenas fiquem maduros!”

(Paulo Freire)

RESUMO

KANAZAWA, Eliana Massae. **O idoso e o direito à educação**: análise de atividades escolares utilizadas com alunos da rede municipal de educação de São Paulo. 2021. 88 p. Dissertação (Mestrado em Educação) -Diretoria de pós-graduação e pesquisa da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

O crescimento da população idosa no país pode ser constatado através do aumento no número de idosos matriculados nos cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) da cidade de São Paulo. O problema de pesquisa analisa de que modo a escola, que tem o aluno idoso, pode colaborar para um envelhecimento ativo, respeitar o conhecimento construído ao longo da vida, e contribuir na identificação e emancipação desse aluno como sujeito histórico. O objetivo geral é analisar os dados e os conceitos que expressam a forma como o envelhecimento populacional está impactando a sociedade, principalmente, no que tange à educação, e contextualizar o cenário, a partir de um aspecto mais amplo, perpassando as especificidades legais do país e da cidade de São Paulo. Os objetivos específicos são: (I) descrever as características recorrentes do idoso e o direito à educação; (II) descrever a EJA na rede municipal de educação de São Paulo em dois tempos: no período de implantação na Secretaria Municipal de Educação (SME), durante a gestão de Paulo Freire, entre 1989/1991, e na atualidade; (III) analisar as três atividades que foram elaboradas para os alunos da EJA Regular de São Paulo, entre 2018 e 2020. O referencial teórico do trabalho são os autores da área de Educação, Direitos Humanos e Envelhecimento (FREIRE, 1980; DIETRICH & HASHIZUME, 2017; DEBERT, 2012). As atividades de Direitos Humanos, Educação Ambiental e Alfabetização (aula remota), analisadas a partir dos fundamentos de educação de Paulo Freire (1980), valorizam, respeitam e incentivam o protagonismo do idoso, fatores decisivos para a construção de uma sociedade mais justa e equânime.

Palavras- chave: Direitos Humanos; Envelhecimento ativo; Educação de Jovens e Adultos (EJA).

ABSTRACT

KANAZAWA, Eliana Massae. The elderly and the right to Education: analysis of school activities used with students from the Municipal Education Systems in São Paulo. 2021. 88 p. Dissertation (Masters in Education) - Diretoria de pós-graduação e pesquisa da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

The growth of the elderly population in the country can be seen through the increase in the number of elderly people enrolled in the Youth and Adult Education (EJA) courses in the city of São Paulo. The research problem analyzes how does the school – in the face of this increasing number of elderly students - can contribute to active aging, respect the knowledge built throughout life, and help in the identification and emancipation of this student as a historical subject. The general objective is to analyze the data and concepts that express how population aging is impacting Society, especially with regard to education, and to contexto the scenario, from a broader perspective, permeating the legal specificities of the country and the city of São Paulo. The specific objectives are: (I) to describe the recurrent characteristics of the elderly population and their rights to Education; (II) to describe EJA in the Municipal Education Systems of São Paulo in two stages: one, in the period of implementation of the Municipal Education Secretariat (SME), during Paulo Freire's administration, between 1989/1991, and, another, nowadays; (III) to analyze three research activities that were developed for EJA students in the Municipal Education Systems from São Paulo, between 2018 and 2020. The theoretical framework adopted refers to authors from the Education and Human Rights and Aging (FREIRE, 1980; DIETRICH & HASHIZUME, 2017; DEBERT, 2012) areas. The activities of Human Rights, Environmental Education and Literacy (remote classroom), analyzed from Paulo Freire (1980)'s point of view, values, respects and encourages the protagonism of the elderly student, which are decisive factors for the construction of a fairer and more equitable society.

Keywords: Human Rights; Active Aging; Youth and Adult Education (EJA)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Matrículas na EJA no município de São Paulo- 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019 (junho)	54
Quadro 2 - Matrículas na EJA Regular por gênero da rede municipal de educação de São Paulo- 2016.....	56
Quadro 3 - Matrículas na EJA Regular por etnia da rede municipal de educação de São Paulo - 2016.....	56
Quadro 4- Matrículas na EJA Regular por idade da rede municipal de educação de São Paulo - 2016.....	58
Quadro 5 - Matrículas por idade em turmas iniciais de alfabetização da EJA Regular (ALFA I e II) da rede municipal de educação de São Paulo - 2016	59
Quadro 6 - Reprovação e evasão na EJA Regular por faixa etária na rede municipal de educação de São Paulo – 2016	59
Gráfico 1- Origem dos migrantes matriculados na EJA Regular da rede municipal de educação de São Paulo- 2016	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- São Paulo - Pessoas com 15 anos ou mais analfabetas 2010..... 51

Tabela 2 - São Paulo - População com 10 anos ou mais por nível de instrução - 2010
..... 52

Tabela 3 - Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais na cidade de
São Paulo, segundo DRE (em %) – 201053

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil
CIEJA - Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos
CMCT- Centro Municipal de Capacitação para o Trabalho
COPEDE - Coordenação Pedagógica
DIEJA - Divisão de Educação de Jovens e Adultos
DOM - Diário Oficial do Município
DRE - Diretoria Regional de Educação
EDA- Programa de Educação de Adultos
EJA - Educação de Jovens e Adultos
EMEB - Escola Municipal de Educação Bilíngue para Surdos
EMEF- Escola Municipal de Ensino Fundamental
EMEFM - Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
MASP - Museu de Arte de São Paulo
MOBRAL- Movimento Brasileiro de Alfabetização
MOVA SP - Movimento de Alfabetização Popular
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONU Mulheres - Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres
OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde
PME - Plano Municipal de Educação
PNE - Plano Nacional de Educação
PNI - Política Nacional do Idoso
PNSPI - Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa
SCIELO- *Scientific Electronic Library Online*
SEBES - Secretaria Municipal do Bem-Estar Social
SMDDET- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho
SME - Secretaria Municipal de Educação de São Paulo
SUS - Sistema Único de Saúde
UNATI - Universidade Aberta à Terceira Idade
UMESP - Universidade Metodista de São Paulo
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP- Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
1.1. MEMORIAL	16
1.2. PROBLEMATIZAÇÃO	18
1.3. PROBLEMA DE PESQUISA	20
1.4. OBJETIVOS	20
1.5. HIPÓTESE	21
1.6. MÉTODO.....	21
1.7. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	23
1.7.1. REVISÃO DE LITERATURA	23
1.7.2. REFERENCIAL TEÓRICO	26
2. O IDOSO, O ENVELHECIMENTO ATIVO E O DIREITO À EDUCAÇÃO: CONTEXTO SOCIAL, POLÍTICO E OS DIREITOS HUMANOS	28
2.1 O CONCEITO DE IDOSO	28
2.2 O ENVELHECIMENTO ATIVO.....	31
2.3 RELAÇÕES INTERGERACIONAIS NA EDUCAÇÃO: IDOSOS, JOVENS, ADULTOS E DOCENTES	33
2.4 O IDOSO E O DIREITO À EDUCAÇÃO.....	34
2.5 A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE AMPARO À POPULAÇÃO IDOSA.....	37
2.5.1 O ESTATUTO DO IDOSO E O DIREITO À EDUCAÇÃO	39
2.5.2 O ESTATUTO DO IDOSO E A EDUCAÇÃO FORMAL.....	41
3. A EJA NO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO E A GESTÃO DE PAULO FREIRE.....	45

3.1 A IMPLANTAÇÃO DA EJA NA GESTÃO PAULO FREIRE	45
3.2 A PRÁXIS EDUCATIVA DO GESTOR PAULO FREIRE	46
3.3 TRAÇANDO O PERFIL DA EJA ATUAL	49
3.3.1 O ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO JOVEM E ADULTA DE SÃO PAULO	51
3.4. MATRÍCULAS NA EJA.....	54
3.5. A EJA REGULAR	55
3.6. GÊNERO.....	55
3.7. DIVERSIDADE ÉTNICO - RACIAL	56
3.8. ORIGEM DOS MIGRANTES MATRICULADOS NA EJA REGULAR DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO.	57
3.9. INCLUSÃO	57
3.10. FAIXA ETÁRIA	58
3.11. REPROVAÇÃO / EVASÃO	59
4. ATIVIDADES ELABORADAS PARA OS ALUNOS DA EJA DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO (2018 A 2020): ANÁLISES GERAIS	61
4.1. ATIVIDADE 1 - DIREITOS HUMANOS - O EMPODERAMENTO FEMININO NA EJA (2019)	61
4.1.1. ANÁLISE DA ATIVIDADE 1 - DIREITOS HUMANOS - O EMPODERAMENTO FEMININO NA EJA (2019).....	62
4.2. ATIVIDADE 2 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL - INTERVENÇÃO ARTÍSTICA SOBRE SUSTENTABILIDADE (2018)	65
4.2.1 ANÁLISE DA ATIVIDADE 2 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL - INTERVENÇÃO ARTÍSTICA SOBRE SUSTENTABILIDADE (2018)	66
4.3. ATIVIDADE 3 - TRABALHO DE ALFABETIZAÇÃO ELABORADO PARA AS AULAS REMOTAS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 (2020).....	68
4.3.1. ANÁLISE DA ATIVIDADE 3 - TRABALHO DE ALFABETIZAÇÃO ELABORADA PARA AS AULAS REMOTAS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19	

(2020).....	69
5. ANÁLISE DAS ATIVIDADES ESCOLARES A PARTIR DE CONCEITOS DA EDUCAÇÃO CRÍTICO-EMANCIPADORA DE PAULO FREIRE	72
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS.....	77
ANEXO A- Empoderamento feminino na EJA.....	83
<i>Trabalho interdisciplinar realizado na EMEF Zilka Salaberry de Carvalho evidencia o poder emancipador da Educação.....</i>	<i>83</i>
ANEXO B- Estudantes da EJA promovem intervenção artística em prol da sustentabilidade	85
<i>Ação chama atenção sobre a produção e o descarte do lixo na sociedade contemporânea</i>	<i>85</i>
ANEXO C- Eixo Identidade	87

1. INTRODUÇÃO

O estudo apresenta dados e conceitos que expressam a forma como o envelhecimento da população está significando e impactando a sociedade, principalmente, no que tange à educação. Para contextualizar o cenário, a pesquisa parte de um aspecto mais amplo e perpassa as especificidades do país e da cidade de São Paulo sobre a legislação de amparo aos direitos e a educação de idosos, até chegar às análises de atividades realizadas pelos educadores da EJA em escolas municipais da cidade de São Paulo, entre os anos de 2018 e 2020.

1.1. MEMORIAL

“O nosso compromisso é com a educação pública brasileira”, dizia o professor Celso de Rui Beisiegel nas aulas de Sociologia da Educação da Faculdade de Educação da USP.

Entre os anos de 1979 e 1982, tive o privilégio de estudar com renomados professores durante o curso de Pedagogia, na Universidade de São Paulo. A influência de mestres como José Mário Pires Azenha, Bernadete Gatti, Heloisa Dantas, Jean Lauand e o professor Celso Beisiegel, dentre outros, foi decisiva em minha escolha profissional de atuar no ensino público.

Em 1985, tive a oportunidade de concretizar esse projeto profissional ao ingressar na rede municipal de ensino de São Paulo, através de concurso público, no cargo de professor de ensino fundamental. A minha longa trajetória na carreira do magistério paulistano encerrou-se no cargo de coordenador pedagógico, em 2010.

Foi atuando em escolas da periferia de São Paulo que me deparei com a dura realidade vivida pelas populações menos favorecidas, que moravam nessas regiões das extremidades das zonas leste e sul: as ruas sem asfalto, esgoto correndo a céu aberto, as habitações precárias, as instalações elétricas clandestinas chamadas de “gambiarra”, a falta de segurança e a carência de equipamentos públicos básicos, como espaços culturais e de lazer.

As crianças e os adolescentes, em fase de escolarização, era o público exclusivo atendido pelas escolas municipais até o final dos anos 1980.

A partir de 1990, um novo público começou a frequentar os espaços escolares com a criação de turmas de EJA (Educação de Jovens e Adultos). Eram jovens, adultos e idosos que começaram, ou voltaram, a estudar no ensino público noturno.

No período em que atuei na coordenação pedagógica, entre 1995 e 2010, coordenei a formação continuada e os trabalhos desenvolvidos pelos professores que atuavam nessa modalidade de ensino. Além disso, também fazia parte de minhas atribuições o acompanhamento da aprendizagem dos alunos da EJA.

Ao longo dos anos, era notável que a matrícula de alunos idosos aumentava gradualmente, tornando as salas de aula espaços onde conviviam sujeitos de várias gerações, com diferentes expectativas quanto à escola, ao trabalho e às relações sociais.

Era comum ver os educandos mais velhos adotarem uma postura de proteção em relação aos alunos adolescentes mais rebeldes, dando conselhos disciplinares. Em outras ocasiões, as alunas idosas trocavam receitas e traziam quitutes e pratos para serem degustados no intervalo das aulas. Enfim, era um espaço com diversas interações educacionais e sociais, divertidas e, em algumas ocasiões, conflituosas. Várias questões me inquietavam sobre as motivações que tinham levado esses idosos a retornarem aos estudos ou começarem a estudar em uma etapa mais tardia da vida. Como teria sido a trajetória escolar na infância? Qual foi o objetivo de voltar a estudar? Quais as expectativas que tinham com relação à escola? Quais fatores poderiam prejudicar a aprendizagem desses educandos?

Embora a diversidade de sujeitos esteja presente nas turmas que frequentam a EJA, e o grupo idoso seja um segmento desse conjunto, MARQUES e PACHANE (2010) consideram que:

A referência ao lugar social ocupado pelos jovens e adultos, definido por sua condição de excluídos da escola regular, deve também ser examinada com relação a outros aspectos que os definem como um grupo relativamente homogêneo no interior da diversidade de grupos culturais da sociedade contemporânea. (p.484).

As autoras ressaltam que o grupo idoso está presente em turmas da EJA e são sujeitos que sofrem várias formas de exclusão em uma sociedade capitalista, que privilegia o sistema produtivo. Segundo as autoras, o aluno idoso da EJA:

Tem sua história de vida marcada por diferentes situações de exclusão socialmente produzidas em uma sociedade desigual. O indivíduo é excluído não por ser diferente, mas por ser considerado não semelhante, uma pessoa à parte dos meios modernos de consumo. Com os efeitos da economia globalizada e da rápida mudança na era da informação, há uma aceleração e ampliação desse processo de exclusão social, pois as possibilidades de ação das camadas populares são limitadas. (MARQUES e PACHANE, 2010, p.484).

Os estudos da área da educação possuem uma farta bibliografia quando os temas se concentram nas fases da infância e da adolescência do ser humano.

A maturidade como tema de estudo e, no caso da educação, o aluno idoso ou adulto, como objeto de pesquisa, parece despertar um interesse menor por parte dos pesquisadores. Entretanto, é imprescindível que os trabalhos científicos estejam em consonância com o quadro demográfico de envelhecimento populacional que vem se concretizando ao longo dos últimos anos.

SANTOS e SILVA (2020) apresentam em um artigo o resultado da análise de produções científicas sobre os sujeitos da EJA no Brasil, publicadas no período compreendido entre 2006 e 2017. Destacam a diversidade teórica que fundamenta esse campo de investigação e o caráter interdisciplinar das produções sobre os sujeitos da EJA. Ainda, constataram que:

Diante do número restrito de trabalhos que se voltam aos sujeitos da EJA, percebemos que esse é ainda um campo vasto para pesquisa e produção do conhecimento. A análise dos artigos destacou algumas temáticas que não foram mencionadas e que se situam no campo da diversidade dos sujeitos da EJA, tais quais: os estudos sobre raça/etnia, o ingresso de estudantes com necessidades específicas, as expressões da religiosidade. (SANTOS e SILVA, 2020, p.10).

E concluem, afirmando que, “portanto, ainda precisamos avançar em termos de problematizar todos os sujeitos envolvidos nesta modalidade da educação básica”. (p.10).

O presente estudo pretende colaborar para a produção de conhecimentos na área educacional, e renovar o meu compromisso pessoal com a educação pública brasileira.

E foi esse interesse que me motivou a pesquisar sobre o tema do aluno idoso, no curso de mestrado em Educação da Universidade Metodista de São Paulo.

1.2. PROBLEMATIZAÇÃO

O perfil da população brasileira passa por uma transformação. A previsão para 2043, segundo a projeção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), atualizada em 2018, é que a porcentagem de brasileiros com mais de 60 anos corresponda a 25% da população do país, enquanto a proporção de jovens até 14 anos será de 16,3%.

Os dados sobre a expectativa de vida ao nascer, ainda de acordo com o IBGE (2021), podem traduzir em números o significado desse aumento na esperança de

vida. Por esse indicador, o brasileiro nascido em 2019 tem uma expectativa de viver 76,6 anos. Em 1940, a média de vida era de 45,5 anos. Ou seja, um acréscimo de 31,1 anos de vida em um período de 79 anos.

É inegável que os conhecimentos produzidos pelas diversas áreas da Ciência, ao longo das últimas décadas, vêm contribuindo para que um número cada vez mais crescente de pessoas seja mais longo e alcance a fase mais tardia da vida.

É preciso lançar um novo olhar sobre o que é 'ser velho' nos dias de hoje, pois não foram apenas alguns anos que foram acrescentados nas vidas dos seres humanos, nesse fenômeno global que é o envelhecimento populacional.

A mobilização pelo repensar o conceito de velhice perpassa por áreas tão diversas como a saúde, a assistência social, a previdenciária, cultural, cosmética, de mobilidade urbana, de lazer, esportiva, como também a educacional.

Atualmente, constata-se que uma parcela das pessoas que atinge a maturidade foi beneficiada pelos avanços científicos e culturais da sociedade contemporânea e, como consequência, é mais saudável, jovial e mais ativa do que em épocas passadas.

Entretanto, não se trata de adotar uma atitude de negação às limitações impostas por doenças que podem acometer as pessoas com o avanço da idade ou adquiridas ao longo da vida ou, ainda, deixar de lado o acolhimento e os cuidados exigidos pelos idosos mais fragilizados.

E, também, desconsiderar a heterogeneidade do grupo que compõem os sujeitos com 60 anos ou mais.

Trata-se de reconhecer que, embora ainda persistam estereótipos negativos sobre o velho e o envelhecimento, percebemos um movimento de transformação desses conceitos, graças aos papéis sociais que os idosos vêm protagonizando nos dias de hoje. Desempenham funções e ações que eram impensáveis aos velhos de épocas passadas. Esse fenômeno de crescimento demográfico, e maior protagonismo da população idosa, também têm reflexos na área educacional.

Os idosos estão presentes nos cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o presente estudo buscou compreender e analisar três atividades escolares que foram trabalhadas com os alunos dessa modalidade de ensino, EJA Regular, da rede municipal de ensino paulistana, durante os anos de 2018 a 2020, e a adequação dessas atividades às características do idoso.

Portanto, sintetizamos o problema da pesquisa através da seguinte questão:

De que modo a escola pode colaborar para que o idoso tenha um envelhecimento ativo, valorize a experiência de vida, eleve a autoestima e desenvolva as competências específicas da faixa etária?

1.3. PROBLEMA DE PESQUISA

A partir da discussão apresentada, demonstramos, a seguir, o problema da pesquisa que norteará o estudo:

De que modo a escola, que tem o aluno idoso, pode colaborar para um envelhecimento ativo, respeitar o conhecimento construído ao longo da vida, e contribuir na identificação e emancipação desse aluno como sujeito histórico?

O estudo vai analisar três atividades trabalhadas com estudantes da EJA, compreender como foram desenvolvidas, e analisar se estão adequadas ao educando idoso que frequenta essa modalidade de ensino, de acordo com a concepção dialógica de educação de Paulo Freire (1980).

As duas primeiras atividades foram realizadas por escolas municipais que estão localizadas nas zonas norte e sul de São Paulo, e a terceira atividade foi elaborada para todos os alunos que estavam matriculados na EJA Regular, no primeiro semestre de 2020, e que tiveram as aulas no formato de ensino à distância, de acordo com o contexto da pandemia da COVID-19.

Todas as atividades estão disponíveis no *site* institucional da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME), e estão em domínio público.

1.4. OBJETIVOS

Geral: Analisar os dados e os conceitos que expressam a forma como o envelhecimento populacional está impactando a sociedade, principalmente, no que tange à educação, e contextualizar o cenário, a partir de um aspecto mais amplo, perpassando as especificidades legais do país e da cidade de São Paulo.

Objetivos específicos:

- Descrever as características recorrentes do idoso e o direito à educação.

- Descrever a EJA na rede municipal de educação de São Paulo em dois tempos: no período de implantação na Secretaria Municipal de Educação (SME), durante a gestão de Paulo Freire, em 1989, e na atualidade.
- Analisar as três atividades da pesquisa que foram elaboradas pelos educadores da rede municipal de educação de São Paulo para os alunos da EJA, entre 2018 e 2020.

1.5. HIPÓTESE

Temos como hipótese a compreensão de que os materiais e as atividades escolares, adequados às características do aluno idoso, podem valorizar a sua experiência escolar e promover o direito à educação (CACHIONI e TODARO, 2016).

Os estudos realizados sobre o idoso apontam que a implantação de políticas públicas permitiu a ampliação dos direitos a essa população, a partir dos marcos legais.

1.6. MÉTODO

O presente estudo adota o método qualitativo e funda-se na pesquisa bibliográfica e documental. Segundo GIL (2010), a pesquisa bibliográfica inclui vários tipos de publicações impressas, como por exemplo, livros, revistas, teses, dissertações e periódicos científicos. Atualmente, com a disseminação de outras formas de informação, o material disponível na internet passou a ser considerado outro tipo de fonte desse tipo de pesquisa.

De acordo com GIL (2010), a pesquisa documental vale-se de documentos diversos e materiais, geralmente internos à organização. Podem servir de exemplos nessa categoria, os documentos de órgãos públicos, materiais de divulgação, documentos jurídicos e iconográficos, como fotografias e imagens.

A fonte de coleta dos materiais estudados foi o Portal Institucional da Secretaria Municipal de Educação (SME) na internet, usando o descritor EJA na base de busca. O resultado da pesquisa apresentou 202 páginas, relativas à essa modalidade de ensino, com todas as informações armazenadas no banco de dados digital da SME, e estão em domínio público.

A terceira atividade (2020) faz parte da publicação da SME para o contexto da pandemia da COVID-19, em 2020.

Dentre as publicações dos últimos dois anos sobre as atividades escolares da EJA Regular, estão publicadas três em 2019 e quatro referentes ao ano de 2018. Foram descartadas as publicações que não definiam as etapas da EJA que haviam participado das atividades, pois a informação é relevante para avaliar a atividade com o estágio de aprendizagem do aluno.

As atividades selecionadas foram elaboradas por educadores e realizadas com os alunos da EJA Regular da rede municipal de educação de São Paulo, entre os anos de 2018 e 2020, e se enquadram nos temas a seguir: 1 - Direitos Humanos - O Empoderamento Feminino na EJA (2019); 2 - Educação Ambiental - Intervenção Artística sobre Sustentabilidade (2018); e 3 - Atividade de Alfabetização que foi elaborada para uma aula remota, *online*, durante a pandemia da COVID-19, em 2020.

Os critérios para seleção das três atividades foram a pertinência com o tema, a área e os objetivos da pesquisa: Direitos Humanos, Aluno Idoso, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Envelhecimento Ativo. Os temas que tratam sobre os principais desafios da mulher na sociedade brasileira, as questões ambientais e a sustentabilidade, a inclusão do idoso, são questões de importância para tratar dos direitos dos idosos e dos direitos humanos em geral.

A análise documental foi feita também com base nos dados coletados em documentos e publicações da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME), através do site oficial, e pessoalmente nos seguintes setores: Diretoria de Educação de Jovens e Adultos (DIEJA) da Coordenadoria Pedagógica (COPED), Centro de Mídias, Memória Documental e Biblioteca Pedagógica Profa. Alaíde Bueno Rodrigues. Vale esclarecer que a coleta de dados foi realizada presencialmente no período anterior ao contexto da pandemia da COVID-19.

A pesquisa da legislação que ampara o idoso buscou subsídios na Constituição Federal do Brasil, Estatuto do Idoso, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Política Nacional do Idoso.

A pesquisa analisa as atividades escolares, a partir dos conceitos de Paulo Freire (1980) de educação crítica e emancipatória, sem adotar uma abordagem curricular.

O estudo está estruturado em cinco seções, conforme descrito a seguir:

- Na primeira seção, apresentamos a justificativa, a problematização, o problema de pesquisa, os objetivos, a hipótese e o desenvolvimento da pesquisa, o método adotado e a fundamentação teórica realizada para o estudo.

- Na segunda seção, analisamos os conceitos de velhice no contexto social, econômico, político, nos direitos e nas políticas públicas de amparo ao idoso.

- Na terceira seção, apresentamos as características da rede municipal de educação de São Paulo, com ênfase no aluno idoso da modalidade EJA Regular (ministrada nas escolas municipais no período noturno). Abordamos a implantação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no período em que Paulo Freire esteve à frente da Secretaria Municipal de Educação, entre 1989-1991, e na atualidade.

- Na quarta seção, fazemos uma abordagem e uma análise geral das três atividades que foram trabalhadas com os alunos da EJA Regular, entre os anos de 2018 e 2020, e que se enquadram nas categorias a seguir: Direitos Humanos (2019), Educação Ambiental (2018) e uma atividade de Alfabetização que foi elaborada para uma aula remota, online, durante a pandemia da COVID-19, em 2020.

- Na quinta seção, analisamos a adequação das três atividades selecionadas para o aluno idoso, a partir de conceitos da educação crítico- emancipadora de Paulo Freire.

- Na última seção, apresentamos as considerações finais sobre a pesquisa realizada

1.7. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As referências teóricas de apoio ao desenvolvimento do presente estudo foram divididas em duas partes: a revisão de literatura e o referencial teórico.

1.7.1. REVISÃO DE LITERATURA

Ao realizar a pesquisa bibliográfica, foram utilizados os descritores: idoso, educação, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e direitos humanos. O resultado da pesquisa apresentou trabalhos de diversas áreas do conhecimento, evidenciando o caráter interdisciplinar da temática do envelhecimento.

As pesquisas foram realizadas nas bases do Banco de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo (USP), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO).

SANTOS e SILVA (2010) apresentam o resultado da análise de treze artigos de produções científicas, publicadas entre 2006 e 2017, sobre sujeitos da EJA no Brasil. A pesquisa é do tipo bibliográfico, ancorada no aporte teórico- metodológico quantitativo/qualitativo, com base nas análises de conteúdo.

Após a seleção e análise dos artigos selecionados, os trabalhos foram agrupados em sete subtemas, a saber: Sujeitos da EJA e Geração; Sujeitos EJA e Gênero; Sujeitos EJA, processos de aprendizagem e desempenho escolar; Formação de Educadores para compreensão das especificidades dos sujeitos da EJA; Currículo, discursos e constituições identitários dos sujeitos; Dimensões sociológicas da concepção de Juventude; Juventude e Formação Profissional e Técnica. O trabalho evidenciou a predominância de pesquisas qualitativas, a diversidade teórica que fundamenta esse campo de investigação e o caráter interdisciplinar das produções sobre os sujeitos da EJA. Ressaltam a importância de se produzir conhecimentos sobre os sujeitos estudantes da EJA, diante do reduzido número de trabalhos sobre essa área de pesquisa.

DI PIERRO e HADDAD (2015) analisam as políticas públicas na EJA no Brasil, durante o período compreendido entre o início do século XXI até a metade dos anos 2010. Destacam que os direitos dos jovens e adultos à formação e institucionalização da EJA nas políticas de educação básica foram ampliados nesse período. Entretanto, os autores afirmam que o resultado dessas políticas de EJA foram frustradas por uma leitura instrumental do que seja a aprendizagem continuada ao longo da vida, que visa atender exigências econômicas em detrimento da formação integral dos sujeitos e da universalidade do direito à aprendizagem.

GADOTTI (2013) parte do pressuposto do direito à educação, reconhecido no artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, como direito de todos ao “desenvolvimento pleno da personalidade humana” e como necessária para fortalecer o “respeito aos direitos e liberdades fundamentais” do ser humano. Gadotti sustenta que o direito à educação, independentemente da idade, está vinculado a outros direitos sociais.

No tocante à educação de jovens e adultos, são sujeitos que não tiveram a oportunidade de acesso e permanência na escola na chamada “idade própria”, e negar uma nova chance de estudar em outra etapa da vida é negar, pela segunda vez, o direito à educação. O autor defende que eliminar o analfabetismo de jovens e adultos é um direito de cidadania, e o Estado deve garantir a educação de todos, dando especial atenção aos grupos sociais mais vulneráveis que fazem parte do público atendido pela Educação de Adultos (negros, mulheres, deficientes, idosos, indígenas, do campo). Defende que é necessário que as políticas públicas encarem o combate ao analfabetismo como um investimento e não como um custo.

A sociedade atual é baseada no conhecimento e o ser humano necessita da educação para apropriar-se da cultura produzida pela humanidade. O autor destaca o conceito de direito à educação permanente, e ressalta que a educação implica em ensino e aprendizagem. Apresenta críticas à ótica neoliberal que realça apenas o “conhecimento útil” e os aspectos individualistas e competitivos da aprendizagem. Conclui o artigo com um apelo pelo Pacto Nacional pelo fim do analfabetismo no Brasil e cita as palavras de Paulo Freire: “é necessário, é urgente, é possível”.

MARQUES e PACHANE (2010) abordam um estudo realizado que salienta a necessidade de uma melhor formação docente dos educadores que atuam na EJA e, em particular, em relação ao idoso. As autoras consideram que o grupo está presente em turmas de EJA e são sujeitos que sofrem várias formas de exclusão em uma sociedade capitalista que privilegia o sistema produtivo.

A pesquisa ressalta a importância de o professor conhecer as leis que amparam o idoso, compreender os processos do envelhecimento, bem como, as características individuais e trajetórias de vida desses educandos nos momentos em sala de aula. Propõem que os cursos de pedagogia incluam temáticas ligadas à velhice, uma vez que o foco da área da educação tem sido a formação da infância. Outrossim, defendem um posicionamento político que se embasa na dignificação do idoso como ator social, investido de uma identidade cidadã.

OLIVEIRA (2004) aborda a possibilidade de formulação de uma psicologia do adulto tendo como contrapartida a definição do desenvolvimento psicológico como transformação que ocorre ao longo de toda a vida, e da postulação de considerar a idade adulta como um ciclo de vida. A pesquisa foi realizada com o objetivo de

contribuir para a definição de práticas pedagógicas que possam servir como referência às políticas públicas de EJA. O grupo pesquisado era formado por adultos trabalhadores, urbanos, escolarizados, que buscavam em um curso supletivo oferecido por um sindicato, uma oportunidade de recuperação ou elevação de escolaridade associadas à preparação para o trabalho. Ao longo do artigo, a autora apresenta implicações para a EJA e a contribuição de práticas pedagógicas que possam colaborar nas políticas públicas dessa modalidade de ensino.

PEREIRA (2012) analisa a motivação de sujeitos com 60 anos, ou mais, a retornarem aos estudos. A pesquisa foi realizada na EJA da rede municipal de Niterói (RJ), através de entrevistas com alunos dessa faixa etária, e teve o embasamento teórico com base nos trabalhos de Walter Benjamin e Paulo Freire. O estudo apontou que estudar nessa fase da vida representava resgatar a imagem de estudante que lhes foi negada no passado e fortalecia a imagem de um envelhecimento ativo.

FUNARI (2008) discute as políticas públicas da Educação de Jovens e Adultos no município de São Paulo, no período de 1989 a 2007. A pesquisa concentra-se na análise dos livros didáticos adotados para a EJA durante o período pesquisado. A pesquisadora adotou como aporte teórico os pressupostos de Antônio Cândido e os conceitos de educação libertadora de Paulo Freire.

1.7.2. REFERENCIAL TEÓRICO

A leitura de autoras como Guita Grin Debert, Ana Amélia Camarano e Ana Maria Dietrich possibilitou um melhor embasamento teórico sobre o conceito de velhice e as consequentes implicações sociais, culturais e políticas sobre o tema.

Os estudos sobre a educação de idosos concentram-se nos cursos oferecidos pelas Universidades Abertas para a Terceira Idade, que visam um público a partir dos 50 anos em busca de atividades da educação não formal. Entretanto, o número de produções sobre o aluno idoso da EJA é bastante reduzido.

As publicações que acrescentaram contribuições relevantes para a pesquisa foram as que se fundamentam nos direitos humanos, direito à educação, políticas educacionais da EJA, marcos legais que amparam os direitos às pessoas idosas, os sujeitos da EJA, o conceito de velhice e os fundamentos da educação emancipatória de Paulo Freire.

Diante do reduzido número de estudos publicados sobre o tema, foram consideradas publicações que abrangem o período de 2007 a 2020, entre artigos, dissertações e teses acadêmicas.

As obras de autores que se tornaram referência nas pesquisas sobre a educação de adultos, e a EJA no Brasil, como Paulo Freire, Moacir Gadotti, Maria Clara Di Pierro e Sérgio Haddad, foram essenciais para subsidiar o estudo, independente do ano em que foram publicadas.

As contribuições de Paulo Freire como gestor, durante o período em que o educador ocupou o cargo de secretário municipal de educação, na gestão Luiza Erundina, são citadas no capítulo que trata da EJA na rede de educação de São Paulo.

Em outra frente, a fundamentação teórica do trabalho tem a sua base nos princípios da educação emancipatória, propostos pelo pensador Paulo Freire, e embasaram a análise das três atividades escolares que foram selecionadas para a pesquisa.

2. O IDOSO, O ENVELHECIMENTO ATIVO E O DIREITO À EDUCAÇÃO: CONTEXTO SOCIAL, POLÍTICO E OS DIREITOS HUMANOS

Nesta seção são apresentados os conceitos de idoso, envelhecimento ativo, e a legislação de amparo à pessoa idosa. Posteriormente, estabelecer-se-á uma relação intergeracional na educação e os direitos dos idosos que se complementam quando se pensar em direito à educação de qualidade.

2.1 O CONCEITO DE IDOSO

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define o idoso como sendo o indivíduo com idade igual ou acima de 60 anos. Entretanto, definir a entrada do indivíduo na velhice considerando apenas a idade cronológica é reduzir o processo de envelhecimento a fatores biológicos, sem levar em consideração aspectos sociais, econômicos e políticos que envolvem o processo de envelhecimento.

Nesse sentido, destacam-se as palavras de CAMARANO (2013), pois ela sinaliza a heterogeneidade existente dentro da faixa etária em questão:

Outro ponto a ser ressaltado é que 60 anos define uma fase da vida bastante longa; aproximadamente 23 anos, em média. É uma fase mais longa que a infância e a adolescência juntas. Ou seja, fala-se em idosos com 60, 70, 80 e 90 anos. Isso faz com que seja um grupo muito heterogêneo, o que configura necessidades diferenciadas. Esta heterogeneidade é reforçada pelo fato de esses indivíduos terem vivenciado trajetórias de vidas diversas (CAMARANO, 2013, p.11).

Além dessa heterogeneidade, destaca-se outro fator que traz complexidade para o assunto, pois o idoso que se observa, na sociedade atual, não se enquadra aos hábitos, imagens, comportamentos e atitudes que eram relacionados à velhice no passado. O atual presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, de 78 anos, eleito em 2020, é o mais idoso mandatário do país, um fato inédito na história americana.

Cabe ressaltar, ainda, que o processo de envelhecimento tem um aspecto homogêneo ao afetar as pessoas de forma contínua, natural e por produzir transformações biopsicossociais em todos os seres humanos ao longo dos anos. Mas mesmo sendo para todos, o envelhecimento é uma experiência heterogênea, individual, pessoal e depende de fatores internos e externos.

Assim, os hábitos e experiências pessoais podem ser fatores que tornam únicas as bagagens emocionais e cognitivas dos idosos. A pessoa que teve acesso à saúde, educação, lazer, cultura, emprego, esportes e situação econômica estável,

provavelmente, terá uma velhice diferente de outra pessoa que não teve, e não terá, acesso a esses serviços de forma satisfatória.

Os contextos socioeconômico, histórico, territorial, temporal e familiar estão diretamente relacionados à forma como o indivíduo vivenciará a sua velhice. Nesse sentido, a publicação de 2005 da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) sobre envelhecimento ativo afirma que:

É importante considerar que a idade cronológica não é um marcador preciso para as alterações que acompanham o envelhecimento, podendo haver grandes variações quanto a condições de saúde, nível de participação na sociedade e nível de independência entre as pessoas idosas, em diferentes contextos. (p.6).

Cabe destacar ainda que, a partir da segunda metade do século XIX, o conceito de velhice e o papel social do idoso sofreram transformações ao longo dos últimos séculos. Sobre essas transformações, DEBERT (1999) afirma que:

A velhice é tratada como uma etapa da vida caracterizada pela decadência física e ausência de papéis sociais. O avanço da idade como um processo contínuo de perdas e dependência- que daria uma identidade de condições aos idosos- é responsável por um conjunto de imagens negativas associadas à velhice, mas foi também um elemento fundamental para a legitimação de direitos sociais, como a universalização da aposentadoria. (p.14).

A autora ressalta que, a partir da década de 1980, o tema da velhice ganhou destaque quando se pensa nos desafios da sociedade brasileira atual. Segundo a autora:

Hoje, no debate sobre políticas públicas, nas interpelações dos políticos em momentos eleitorais e até mesmo na definição de novos mercados de consumo e novas formas de lazer, o “idoso” é um ator que não está mais ausente do conjunto de discursos produzidos. (DEBERT, 1999, p.11).

A partir desse período, novas terminologias surgiram para definir as etapas intermediárias do envelhecimento, entre a idade adulta e a velhice mais tardia, tais como, meia-idade, terceira idade, aposentadoria ativa. Sobre a aposentadoria, ressaltam-se as afirmações de DEBERT (1999), pois segundo ela “os novos padrões de aposentadoria que englobam, entre os aposentados, um contingente cada vez mais jovem da população dão, também, uma nova configuração aos modos de gestão da velhice”. (p.18).

Atualmente, não se tem uma noção antiquada de que na velhice o ser não passa a ter utilidade alguma, DEBERT (1999) destaca que:

A tendência contemporânea é rever os estereótipos associados ao envelhecimento. A ideia de um processo de perdas tem sido substituída pela consideração de que os estágios mais avançados da vida são momentos propícios para novas conquistas guiadas pela busca do prazer e da satisfação pessoal. As experiências vividas e os saberes acumulados são ganhos que oferecem oportunidades de realizar projetos abandonados em outras etapas e estabelecer relações mais profícuas com o mundo dos mais jovens e dos mais velhos. (p.14).

Entretanto, a autora alerta para o que chamou de “reprivatização da velhice”, pois, para ela, a existência da velhice, com as suas dificuldades biológicas, é negada e a questão da velhice deixa de ser uma preocupação social, passando a ser uma responsabilidade individualizada, do próprio idoso:

No contexto em que o envelhecimento se transforma em um novo mercado de consumo, não há lugar para a velhice, que tende a ser vista como consequência do descuido pessoal, da falta de envolvimento em atividades motivadoras, da adoção de formas de consumo e estilos de vida inadequados. (DEBERT, 1999, p.227).

Assim, a ideia de que a “reinvenção da velhice” é necessária foi destacada por DEBERT (1999), tendo em vista que as características de jovialidade associadas ao que se denominou chamar de terceira idade são o resultado da entrada da geração *baby boomers* à velhice. Pertencem a essa geração as crianças que nasceram no pós-guerra, e que se tornaram, ou estão se tornando, velhos desde o final do século XX e início do século XXI.

Dessa maneira, DEBERT (1999) ressalta que:

Olhar para os produtores das novas imagens do envelhecimento, para as formas de gestão da velhice e da aposentadoria e para o discurso gerontológico é ver o papel ativo da geração da contracultura na reconfiguração das etapas mais da vida. Os também chamados *baby boomers*, agora na meia-idade, têm posições centrais nas esferas mais representativas da produção cultural e científica: na mídia, nas universidades, nas associações de gerontologia, nas agências de fomento à pesquisa e ação social, na coordenação de programas voltados para a terceira idade. (p.239).

Segundo a autora, os *babies boomers* representam a primeira geração exposta à televisão e à cultura do consumo, tiveram maior acesso ao sistema educacional, entraram no mercado de trabalho no período de pleno emprego dos anos 1960 e representam um amplo mercado consumidor de bens e serviços.

As influências dessa geração na transição para a idade adulta também foram marcantes nas áreas comportamental e cultural, como o ativismo político, os movimentos de contracultura, o feminismo, e “seu avanço em cada uma das etapas

correspondeu à divulgação de que essas etapas poderiam ser vividas de maneiras inteiramente inovadoras”. (DEBERT, 1999, p.240).

DEBERT (1999) ressalta que no Brasil a geração *baby boomers* é a que tem a maior disponibilidade de renda, é produtora/consumidora de bens e serviços de rejuvenescimento, do processo de privatização da velhice etc. E essa busca pela jovialidade impõe a juventude como valor, um ideal a ser alcançado.

A entrada dessa geração na velhice deu uma nova identidade a essa etapa da vida, a experiência da terceira idade, através do estímulo a um envelhecimento ativo, a novas aprendizagens e a padrões de comportamentos.

É preciso ressaltar que os sujeitos apresentados pela autora se referem a indivíduos de uma classe social privilegiada, que teve e tem maior acesso a bens de serviços e de consumo.

O aluno idoso, tema do presente estudo, pertence a uma classe social menos favorecida. Entretanto, é integrante de uma sociedade capitalista que adotou o discurso e a terminologia utilizados pela mídia, pelo mercado de consumo, e, que difundem as características identitárias associadas à terceira idade, ao envelhecimento ativo.

Para finalizar essa subseção destacam-se as palavras de NERI (1993), pois sintetiza a questão da heterogeneidade do grupo de indivíduos que são idosos no país: “O velho brasileiro não existe. Existem várias realidades de velhice referenciadas a diferentes condições de qualidade de vida individual e social”. (NERI, 1993, p.39).

A seguir, o envelhecimento ativo será abordado tendo em vista que essa expressão é chave para se entender melhor os significados e impactos culturais e sociais do envelhecimento na sociedade atual.

2.2 O ENVELHECIMENTO ATIVO

A Assembleia das Nações Unidas sobre o Envelhecimento, realizada em Viena (1982), resultou em uma agenda internacional de políticas públicas para a população idosa. Sobre o documento final, CAMARANO (2016) afirma que:

Percebia-se a necessidade de “construção” e do reconhecimento da pessoa idosa como um novo ator social, contemplando as suas necessidades e especificidades. Parte das recomendações visava

promover a independência e fortalecer as condições de saúde física, cognitiva, mental e financeira para garantir a autonomia da pessoa idosa. (CAMARANO, 2016, p.15)

E conclui que o documento trazia a ideia de que “a sociedade deveria adotar um conceito positivo e ativo do envelhecimento, orientado ao desenvolvimento econômico e social, o que significa uma mudança de visão do papel do idoso na sociedade”. (CAMARANO, 2016, p.18).

O Brasil adotou essa agenda internacional criando leis de favorecimento à população idosa no texto constitucional de 1988 e em outras leis posteriores, que são discutidos mais adiante.

Atualmente, difunde-se a ideia de que a velhice também é uma época de aprender, adquirir novos conhecimentos e experiências, ou seja, a possibilidade de voltar/começar a estudar, frequentar a escola. No artigo sobre representações que o idoso tem sobre o aprender, ELMÔR e MADEIRA (2012, p.253) ressaltam que:

Acompanhando o progresso técnico-científico que possibilitou o envelhecimento populacional, vêm ocorrendo mudanças culturais e se instaurando um processo de ressignificação do envelhecimento. Do sábio da antiguidade, passando pelas formas de alijamento ou de deterioração precoce, chega-se, hoje, a uma pessoa que, em termos de idade cronológica, seria classificada como velha, mas que alcança essa faixa etária com potencial de saúde e condições de participação na sociedade. (p.253).

E é nessa vertente de pensamento que se passa a considerar a velhice como faixa etária também em potencial para participação dos mais diversos setores da sociedade, inclusive o educacional. Desse modo, para as autoras:

Ao se admitir a vitalidade e a potencial contribuição (deixar marcas) do idoso na vida cotidiana, admite-se também sua condição de aprendiz: o idoso aprende e aprendeu na especificidade das diferentes idades da vida, pois aprender, nessa perspectiva, é condição de viver. (ELMÔR e MADEIRA., 2012, p.253)

Prosseguem afirmando que:

Quaisquer que sejam a idade e a condição, ser homem implica a possibilidade de aprender, ou seja, um movimento que pressupõe o(s) outro(s), o estabelecimento de relações, a concretização de experiências, o exercício da imaginação e da criação, a construção da crítica (ELMÔR e MADEIRA., 2012, p.255)

Encerra-se essa subseção ressaltando assim que o aprender não está restrito apenas aos conteúdos específicos das áreas do saber, que são selecionados para

compor os currículos escolares, mas abrange novas formas de relação, de práticas e de significações. Enfim, o aprender é considerado como movimento de alguém que ainda tem alguma coisa a fazer, a dizer e a buscar.

2.3 RELAÇÕES INTERGERACIONAIS NA EDUCAÇÃO: IDOSOS, JOVENS, ADULTOS E DOCENTES

A relação entre professor e aluno não mais representa a sabedoria e experiência adquirida pela geração anterior, sendo repassada para a nova geração. Com a EJA, os alunos passam a ser os representantes dessa experiência de vida e seus professores podem apresentar idade inferior. A aquisição de conhecimento acadêmico que anteriormente não foi possível de se realizar, faz com que os alunos da EJA tenham outro tipo de necessidades, se comparados às crianças e adolescentes.

A respeito dessas relações intergeracionais, destaca-se o que VERAS (1997) alega sobre o conceito:

Entendemos a intergeracionalidade não apenas como sendo o convívio social entre pessoas de diferentes idades, mas sim a relação de convívio harmonioso que visa compreender os limites e as necessidades de cada geração, bem como as diferenças que elas comportam, através do respeito ao indivíduo e não apenas às suas características de idade. Sendo assim, as trocas geracionais não devem se limitar à família e aos programas e políticas governamentais. (VERAS, 1997, p.151).

Ao não se considerar as particularidades da EJA, muitos professores podem comprometer essa harmonia e não privilegiar os pontos positivos da relação entre o professor e aluno. Sobre esse aspecto, ressalta-se as afirmações de ARAÚJO (2017) a seguir:

Essas dificuldades iniciais, que acabam causando conflitos intergeracionais, quando o aluno mais velho não tem muita abertura para este professor mais novo, por exemplo, acaba prejudicando a relação ensino-aprendizagem, a troca de conhecimento entre os dois que poderia ser muito positiva acaba sendo prejudicada, não conseguindo desenvolver uma progressão pedagógica, tendo dificuldades para lecionar e ambos saem perdendo. Porém, se o professor tiver este conhecimento, esta relação pode se demonstrar muito boa para ambos os lados. (ARAÚJO, 2017, p.10).

A respeito dessa relação positiva, o autor ainda destaca que alguns dos fatores a se mencionar é a construção de laços de solidariedade entre gerações. Segundo ARAÚJO (2017):

Quando se dá de maneira adequada o convívio intergeracional é uma iniciativa que pode ajudar na superação de preconceitos, incentivar o respeito mútuo e o reconhecimento entre as gerações, o que ocasiona uma melhoria na qualidade de vida dos envolvidos. Esta iniciativa proporciona trocas interpessoais que podem ser positivas para todos, pois contribuem para as relações na vida em sociedade, aspecto importante para os diferentes ciclos da vida. Na verdade, é um ganho para a sociedade em geral, que ganha cidadãos que aceitam e respeitam as diferenças. (p.11).

Objetiva-se o direito a uma educação de qualidade e isso perpassa questões associadas a habilidades cognitivas, mas também socioemocionais e a formação integral dos educandos é objetivo maior de qualquer modalidade educacional. Diminuir a distância entre as gerações, sem desconsiderar suas particularidades, é desafiador para os educadores, mas é uma demanda que perpassa a educação na sociedade atual, inclusive na modalidade EJA.

A percepção de que o ensino não é uma via do saber unilateral, na qual somente o aluno aprende com o professor é importante para se adequar às novas tendências pedagógicas dos documentos legais que expressam o desenvolvimento de habilidades essenciais para os educandos poderem exercer sua função de cidadão na sociedade. Independentemente da idade, busca-se uma troca de experiências para um conhecimento que está para além da aquisição de conteúdos de disciplinas curriculares. Destaca-se assim, as palavras de OLIVEIRA (1999):

A construção do saber não é unilateral, não é uma simples passagem do conhecimento dos mais velhos para os mais jovens, pois pressupõe a coexistência e o convívio entre diferentes gerações, o que requer necessariamente movimento, renovação, troca e compartilhamento. Neste sentido, independente de qual seja a idade dos envolvidos na relação, todos aprendem com todos. Se o convívio for de respeito e harmonia, tanto melhor, pois quem ganha são todos os envolvidos. (p.35).

Em culminância com essa percepção do saber na sociedade atual, as demais seções trarão aspectos desejados pela sociedade e que por sua vez estão expressos na legislação vigente.

2.4 O IDOSO E O DIREITO À EDUCAÇÃO

O direito a uma educação de qualidade, atenta para as particularidades dos educandos e para o desenvolvimento de habilidades e competências exigidas para o pleno exercício da cidadania perpassa vários documentos. O direito à educação é

reconhecido com base em três premissas, no art. 26, da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948):

Toda pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o gênero de educação a dar aos filhos.

GADOTTI (2013) defende que “o direito à educação não pode ser desvinculado de outros direitos sociais”. Em consonância com esse aspecto, ressalta que:

A educação é necessária para a sobrevivência do ser humano. Para que ele não precise inventar tudo de novo, necessita apropriar-se da cultura, do que a humanidade já produziu. Se isso era importante no passado, hoje é ainda mais decisivo, numa sociedade baseada no conhecimento. (GADOTTI, 2013, p.12).

Para GADOTTI (2013), “o direito à educação não se limita às crianças e jovens” (p.22), e afirma que “a educação, independentemente da idade, é um direito social e humano” (idem). O direito a uma educação de qualidade foi negado a muitas pessoas, a distorção idade/série e a impossibilidade de matrículas na idade adequada a cada etapa de escolarização por diversos motivos fez com que esse termo “idade própria” fosse hoje problematizado.

A expressão “idade própria” é citada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 37 que diz: “A Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”.

FREIRE (1996) trata da questão do inacabamento do ser humano e afirma: “na verdade, o inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento”. (p.58). Adiante, trata da importância da educação nesse inacabamento do ser humano:

É na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente. Mulheres e homens se tornaram educáveis na medida em que se reconheceram inacabados. Não foi a educação que fez mulheres e homens educáveis, mas a consciência de sua inconclusão é que gerou sua educabilidade. É também na inconclusão de que nos tornamos conscientes e que nos

inserta no movimento permanente de procura que se alicerça a esperança. (FREIRE, 1996, p.34).

Portanto, a educação é um processo permanente e não se limita a uma determinada fase da vida do ser humano.

GADOTTI (2013) ressalta que a educação permanente também é um direito associado ao direito à educação, e deve acontecer:

Em condições de equidade e igualdade para todos e todas. Como tal, deve ser intercultural, garantindo a integralidade e a intersectorialidade. Esse direito deve ser garantido pelo Estado, estabelecendo prioridade à atenção dos grupos sociais mais vulneráveis. (GADOTTI, 2013, p.22).

FREIRE (2019) defende a necessidade “de uma educação que levasse o homem a uma nova postura diante dos problemas de seu tempo e de seu espaço. A da intimidade com eles. A da pesquisa em vez da mera, perigosa e enfadonha repetição de trechos e de afirmações desconectadas das suas condições mesmas de vida. A educação do “eu me maravilho” e não apenas do “eu fabrico”. (p.122).

A motivação profissional pode também não estar relacionada diretamente ao idoso que começou, ou voltou a estudar, uma vez que muitos sujeitos que estão na velhice estão aposentados, ou não estão mais na fase laboral-produtiva da vida.

Acerca das motivações que levam a pessoa idosa a voltar a estudar, CACHIONI e TODARO (2016), cita o estudo de COURA (2007), e ressalta que:

Entre os idosos, a procura pela escola está relacionada à realização de uma vontade antiga de aprender os conteúdos escolares. Saber ler e escrever é uma condição frequentemente associada a ter uma vida melhor. A influência da escolaridade de filhos e netos é outro fator que impulsiona os mais velhos a estudar. É comum o desejo de auxiliar na lição de casa das crianças ou participar mais ativamente da educação delas. (CACHIONI e TODARO, 2016, p. 177).

E segue:

Busca por independência é outra razão. Não precisa mais de vizinhos ou familiares para ler documentos ou identificar as informações em rótulos dos produtos, entre outras atividades em que a leitura é necessária, é comumente citado. Com o tempo, as expectativas se ampliam. As justificativas para continuar são várias e estão ligadas, sobretudo, às conquistas relacionadas à escola. Sentir-se mais seguro para comentar os acontecimentos atuais, ver beleza na letra de uma música, fazer amigos e se sentir parte de um grupo social, são exemplos (CACHIONI e TODARO., 2016, p. 177).

PAIVA, HADDAD e SOARES (2019) comentam o papel do Estado na garantia do direito à educação em um modelo democrático e afirmam que esse direito “tem

existido como fundamento à ideia de educação como condição necessária, ainda que não suficiente, para se pensar o modelo democrático de sociedade, no qual o papel do Estado, como garantidor desse direito tem sido insubstituível”. (p.0 7).

Os autores ressaltam “o sentido de um projeto educador para Freire: não apenas ensinar a letra, mas levar o homem à consciência de si, do outro, da natureza”. (PAIVA; HADDAD; SOARES, 2019, p.08)

Em outras palavras, educar para que o homem tenha uma leitura de mundo, além da leitura da palavra, e seja capaz de transformar o seu próprio contexto.

2.5 A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE AMPARO À POPULAÇÃO IDOSA

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) inovou ao dar visibilidade e estabelecer direitos à pessoa idosa, o que não foi contemplado em outras Cartas Magnas.

Logo no início do texto constitucional, ao tratar dos princípios fundamentais, um dos primeiros artigos já faz referência à idade: Artigo 3º, inciso IV - Constitui que é um dos objetivos fundamentais do Estado “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

DIETRICH *et al.* (2017, p.85) considera que:

A legislação brasileira adota um modelo de proteção social para os idosos, instituído pela Constituição Federal de 1988, garantindo-lhes além de todos os direitos que qualquer cidadão possui, direitos específicos tendo em vista o lugar social do idoso e as dificuldades e adversidades inerentes à idade cronológica.

Outras leis de amparo ao idoso foram criadas, após a Carta Magna de 1988, tais como, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, Lei 8.742/ 1993), a Política Nacional do Idoso (PNI, Lei nº 8.842/ 1994, regulamentada pelo Decreto nº 1.948/ 1996) e a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI, Portaria MS/GM nº 2.528/ 2006).

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), criada em 1993, define o Benefício de Prestação Continuada, no valor de um salário-mínimo, destinado às pessoas idosas que vivenciam o estado de pobreza/necessidade, ou às pessoas portadoras de deficiência que estejam incapacitadas para o trabalho, e de prover o seu próprio sustento.

A Política Nacional do Idoso (PNI), aprovada em 1994, trata do objetivo da lei em seu artigo 1º- “assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação na sociedade”.

DIETRICH *et al.* (2017) destaca que a PNI “objetiva atender às necessidades básicas da população idosa no tocante à educação, habitação e urbanismo, esporte, trabalho, assistência social e previdência, justiça”.

A autora ressalta que:

A referida lei cumpre sua missão, entre outras estratégias, quando atribui competências a órgãos e entidades públicos, sempre de forma alinhada às suas respectivas funções. Determina que cada ministério, de acordo com suas competências, elabore proposta orçamentária visando ao financiamento de programas compatíveis e integrados (inter e intraministeriais) voltados aos idosos e promova cursos de capacitação, estudos, levantamentos e pesquisas relacionados à velhice e envelhecimento, em suas múltiplas dimensões. (DIETRICH *et al.*, 2017, p.88)

A referida política pública incentiva e valida os estudos referentes à temática do idoso e a velhice, incluindo a dimensão educacional, área de concentração do presente trabalho.

CAMARANO (2016) reconhece a importância da aprovação da PNI na proteção social para a população idosa em seu aspecto sociojurídico:

No entanto, passados vinte anos de sua aprovação, em 2014, a proporção da população idosa brasileira atingiu a marca de 13,7%, reforçando os desafios já levantados. Ou seja, as demandas por políticas públicas se intensificaram, o que requer a atualização e a implementação total das medidas preconizadas. Pouco se conhece, no entanto, sobre como os preceitos estipulados na lei estão sendo efetivados e nem seus entraves e suas lacunas. Assume-se que a importância da lei depende não só da sua implementação total, mas também, da sua integração entre os vários setores, como saúde, educação, mercado de trabalho, habitação etc. (CAMARANO, 2016, p.13)

Desta forma, evidencia-se a importância as questões da velhice e do processo de envelhecimento necessitam ser discutidas de forma interdisciplinar, abrangendo todos os setores da sociedade de atendimento e cuidados com o idoso.

Outra importante lei é a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), aprovada em 2006, que tem por objetivo promover um envelhecimento saudável e trata das medidas referentes à saúde da pessoa idosa, de forma coletiva e individual, em consonância com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Outras leis foram criadas, como por exemplo, o Programa Nacional de Cuidadores de Idosos (1999), Fundo Nacional do Idoso (2010), Programa Viaja Mais (2007), dentre outras, porém, o que vale ressaltar é que esse amparo legal, concretizado através de políticas públicas, foram conquistas importantes para a população idosa.

Dentre essas conquistas, vale destacar o Estatuto do Idoso, aprovado em 2003.

2.5.1 O ESTATUTO DO IDOSO E O DIREITO À EDUCAÇÃO

O Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, regulamenta os direitos a toda pessoa idosa, a partir dos 60 anos, prevendo também deveres e medidas de punição a quem viole esses direitos.

DIETRICH *et al.* (2017, p.88) ressaltam que:

O Estatuto do Idoso trata das medidas de proteção à pessoa idosa, com o objetivo de punir todo aquele que violar ou ameaçar seus direitos por ação ou omissão, não importando por quem seja praticada (Estado, família ou sociedade). Essas medidas podem ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa, visando sempre à proteção do idoso.

A implementação da educação, cultura, esporte e lazer foi contemplada no Capítulo V do estatuto, através dos artigos 20 a 25. O artigo 20 trata do direito do idoso à educação, dentre outros: “Art.20. O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade”.

O presente trabalho irá se concentrar especificamente no artigo citado a seguir, pois ele trata da problemática proposta pela pesquisa:

Art.21. O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.

§1º. Os cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna.

§2º. Os idosos participarão das comemorações de caráter cívico ou cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido de preservação da memória e da identidade culturais.

No âmbito da educação não formal, as Universidades Abertas à Terceira Idade (UNATIS) promovem atividades ao público idoso.

CAMARANO (2016) destaca que:

O objetivo principal das Unatis não é certificar ou profissionalizar os alunos idosos, mas abrir o mundo do conhecimento e da possibilidade de se aprender ao longo de toda a vida. O ambiente universitário, multidisciplinar e intergeracional, propicia aos mais velhos o acesso a novos saberes, troca de experiências e sociabilidade. A sua origem vem da década de 1960, quando foram criadas na França, as universidades de tempo livre. Visavam preencher o tempo de um segmento populacional cada vez mais longo, com atividades ocupacionais e lúdicas. (p.29)

A autora afirma que, apesar desses programas proporem diferentes modelos pedagógicos, e terem denominações diversas, o que têm em comum é a busca pela promoção e pelo resgate da cidadania e da autoestima.

Segundo DIETRICH *et al* (2017, p.91):

No Brasil, a primeira iniciativa de oferecer educação a adultos maduros e idosos aconteceu na década de 1970, onde foram fundadas em São Paulo as primeiras Escolas Abertas para a Terceira Idade do SESC (Serviço Social do Comércio). Em 1982, a Universidade Federal de Santa Catarina torna-se a primeira instituição de Ensino Superior no Brasil a aderir ao movimento Universidade Aberta à Terceira Idade. Atualmente, o Brasil conta com mais de 200 programas por todo o país em instituições públicas e privadas.

A Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) também oferece atividades para o público idoso através do Programa Aquarela - 3ª Idade na Universidade, desde 2012.

O Núcleo de Arte e Cultura, setor responsável pelo programa, promove ações voltadas para o reconhecimento, valorização, integração e aproveitamento do potencial das pessoas na terceira idade, dentro do espaço universitário.

E o objetivo é a troca de conhecimentos e diálogos entre as diferentes gerações e aproveitar a sabedoria acumulada das pessoas idosas para a universidade e a sociedade.

A criação das Universidades Abertas à Terceira Idade (Unatis) foi uma contribuição importante para o público idoso na área da educação não formal.

2.5.2 O ESTATUTO DO IDOSO E A EDUCAÇÃO FORMAL

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é a modalidade de ensino formal da educação básica que atende o idoso analfabeto, ou com pouca escolaridade, e que deseja dar continuidade aos estudos interrompidos em outras etapas de vida.

GADOTTI (2011) ressalta que, além dos conhecimentos essenciais das Ciências Sociais e naturais, o domínio dos conhecimentos matemáticos, o domínio da leitura, escrita e compreensão da língua nacional, o acesso à cultura, à arte, ao esporte, ao lazer e à comunicação:

O conceito de EJA (Educação de Jovens e Adultos) amplia-se ao integrar processos educativos desenvolvidos em múltiplas dimensões: a do conhecimento, das práticas sociais, do trabalho, do confronto de problemas coletivos e da construção da cidadania. (GADOTTI, 2011, p.143).

Por atender um público diverso, composto por indivíduos que se encontram em diferentes ciclos da vida, GADOTTI (2011) destaca que:

Deve-se levar em conta adversidade destes grupos sociais: perfil socioeconômico, étnico, de gênero, de localização espacial e de participação socioeconômica. Sendo assim, requer pluralismo, tolerância e solidariedade na sua promoção, na oportunidade de espaços e na alocação de recursos. (p.143).

Embora comente sobre o grupo de educandos adultos alfabetizando que frequentam a EJA, de forma geral, o idoso poderia ser incluído na definição de uma das características que GADOTTI (2011) destaca:

O aluno adulto não pode ser tratado como uma criança cuja história de vida apenas começa. Ele quer ver a aplicação imediata do que está aprendendo. Ao mesmo tempo, apresenta-se temeroso, sente-se ameaçado, precisa ser estimulado, criar autoestima, pois a sua "ignorância" lhe traz tensão, angústia, complexo de inferioridade. Muitas vezes tem vergonha de falar de si, de sua moradia, de sua experiência frustrada na infância, principalmente em relação à escola. É preciso que tudo isso seja verbalizado e analisado. O primeiro direito do alfabetizando é o direito de se expressar. (p.47).

A problemática proposta pela pesquisa parte do princípio de que a EJA, por atender um público caracterizado pela diversidade, tem especificidades pertinentes

ao estudante idoso que precisam ser respeitadas, a fim de evitar atitudes discriminatórias que o privem do seu direito à educação.

O Estatuto do Idoso trata em seu artigo 21 sobre a adequação de conteúdos e métodos de ensino ao idoso, ressaltando o papel do poder público na criação de oportunidades de acesso à educação, adequação de currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais destinados ao idoso. E em seu 1º parágrafo, dispõe que os cursos especiais para idosos incluirão conteúdos relativos aos avanços tecnológicos que o façam integrar a vida moderna.

CACHIONI e TODARO (2016) afirmam sobre os educandos idosos que:

Eles possuem um perfil próprio que exige uma atuação dialógica, afetiva, sistematizada, pautada em pressupostos teóricos que consigam dar conta da sua singularidade histórica. Os alunos idosos da EJA são sujeitos da experiência e suas vidas são pontuadas por situações-limites em que souberam parar, pensar, sentir, ponderar e agir. Ao ir/ voltar para a escola, querem viver essa experiência escolar como as outras já vividas ao longo de suas existências. (p.177).

Ainda, faz um alerta “quanto aos jovens e adultos, sabe-se que são, basicamente, “não crianças” e, por este motivo, não podem ser vítimas de métodos e materiais infantilizados”. (CACHIONI; TODARO, 2016, p.176).

As autoras destacam que é fundamental que o professor que trabalha com o idoso tenha conhecimentos específicos sobre a velhice, e ressalta que:

“A metodologia precisa considerar aspectos inerentes ao educando, como: seu ritmo de aprendizagem, suas vivências extraescolares, sua faixa etária e suas potencialidades”. (CACHIONI; TODARO, 2016, p.181).

É importante considerar as características individuais do educando no processo de ensino e aprendizagem todas as etapas da vida: infância, adolescência, vida adulta e velhice.

O presente trabalho tem como fundamento a concepção dialógica de educação de Paulo Freire para analisar as atividades propostas aos alunos idosos da EJA, e que são apresentadas na pesquisa.

FREIRE (1980) define:

Pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa

a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação. (p.44).

O idoso que começou a estudar, ou retornou aos estudos na velhice, teve um passado de opressão, de negação ao direito à educação, por motivos diversos. FREIRE (2019) defende, assim, que:

A cultura como o acrescentamento que o homem faz ao mundo que não fez. A cultura como o resultado do seu trabalho. Do seu esforço criador e recriador. O sentido transcendental de suas relações. A dimensão humanista da cultura. A cultura como aquisição sistemática da experiência humana. Como uma incorporação, por isso crítica e criadora, e não como uma justaposição de informes ou prescrições “doadas”. A democratização da cultura – dimensão da democratização fundamental. O aprendizado da escrita e da leitura como uma chave com que o analfabeto iniciaria a sua introdução no mundo da comunicação escrita. O homem, afinal, no mundo e com o mundo. O seu papel de sujeito e não de mero e permanente objeto. A partir daí, o analfabeto começaria a operação de mudança de suas atitudes anteriores. Descobrir-se-ia, criticamente, como fazedor desse mundo da cultura. (FREIRE, 2019, p.142-143).

O idoso é o produtor do seu saber e é preciso evitar a visão “bancária” da educação em sua formação. Segundo FREIRE (1980), “na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que se julgam nada saber. Doação que se funda “numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão - a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra no outro”. (p.67).

Ao contrário da visão “bancária da educação”, FREIRE (1980) afirma que:

A educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir “conhecimentos” e valores aos educandos, meros pacientes, à maneira da educação “bancária”, mas um ato cognoscente”. (p.78).

A dialogicidade é essencial na educação como prática da liberdade. Segundo FREIRE (1980) “o diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu”. (p.93)

FREIRE (1980) defende uma relação na qual “o educador não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa”. (p.78)

Em outras palavras, a educação é uma troca de saberes e aprendizagens entre o(a) educador(a) e o(a) aluno(a). É uma relação horizontal, onde não há um sujeito que é o único detentor do saber.

Para FREIRE (1980), o importante, do ponto de vista de uma educação libertadora, e não “bancária”, e que, em qualquer dos casos, “os homens se sintam sujeitos de seu pensar, discutindo o seu pensar, sua própria visão de mundo, manifestada implícita ou explicitamente, nas suas sugestões e nas de seus companheiros”. (p. 141).

A educação libertadora, proposta por Paulo Freire, concebe o indivíduo como um sujeito que está sempre em um processo de transformação, integrado ao seu contexto histórico, e consciente do seu poder de transformar o seu meio. Ao contrário da visão “bancária” da educação que massifica o educando, o encara como um objeto e não como um sujeito de sua própria história.

A seguir, descrevemos a EJA no sistema educacional da cidade de São Paulo, desde a sua implantação na gestão de Paulo Freire frente à Secretaria Municipal de Educação, em 1989. Apresentamos o alunado idoso no contexto da EJA e algumas características dessa modalidade de ensino no período de 2014 a 2019.

3. A EJA NO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO E A GESTÃO DE PAULO FREIRE

Nesta seção, descrevemos a implementação da EJA na gestão de Paulo Freire na SME, e apresentamos as características dessa modalidade de ensino na rede municipal de educação de São Paulo, entre os anos de 2014 e 2019.

3.1 A IMPLANTAÇÃO DA EJA NA GESTÃO PAULO FREIRE

O curso de educação de adultos foi integrado à rede municipal de ensino de São Paulo durante a gestão da prefeita Luiza Erundina (1989-1992), tendo o educador Paulo Freire à frente da secretaria municipal de educação (SME).

Em 1988, a Secretaria Municipal de Educação mantinha 629 escolas, com 720 mil alunos, 39.614 professores e funcionários escolares, 30% do total de trabalhadores da prefeitura. O desafio era enorme para a segunda maior cidade da América Latina e uma das maiores metrópoles do mundo, então com 9,6 milhões de habitantes e a vergonhosa cifra de 1,2 milhão de pessoas acima de catorze anos analfabetas. (HADDAD, 2019, p.198).

Foi através do Decreto nº 27.911, de 27 de julho de 1989, publicado no Diário Oficial do Município (DOM), em 28 de julho de 1989, que o Programa de Educação de Adultos (EDA) foi transferido da Secretaria Municipal do Bem-Estar Social (SEBES) para a Secretaria Municipal de Educação (SME), e passou a integrar a rede municipal de ensino de São Paulo.

O referido decreto cita a transferência de pessoal, que incluiu as 1.600 (um mil e seiscentas) funções de Professor de Educação de Adultos, Monitor de Educação de Adultos e Monitor de MOBRAL. Os profissionais passaram a integrar o quadro de funcionários da SME e tiveram as denominações alteradas para Assistente de Educação de Adultos.

No ano seguinte, a SME autorizou o funcionamento de turmas especiais da habilitação profissional específica de 2º grau para o magistério (Portaria SME nº 2.640 de 09 de maio de 1990). O curso era destinado aos monitores de educação de adultos que tinham apenas o 2º grau completo.

A SME passou a oferecer o curso supletivo com turmas que funcionavam em escolas municipais e em locais comunitários, através de convênios com entidades dos movimentos sindical, popular e social.

O segundo formato de curso supletivo funcionou através do MOVA-SP (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da Cidade de São Paulo), em parceria com movimentos sociais. Nesse âmbito, Gadotti (2011) ressalta que:

A ideia de uma parceria entre movimentos sociais que lutaram pela defesa da mulher, pela defesa da alfabetização, pela moradia, por todo o problema das terras públicas, etc., e que em comunhão, em conjunção, em acordo firmado, legal, estabelecido com a Secretaria Municipal de Educação, começaram a formar e a educar de uma maneira original- vinculando a qualidade acadêmica com o compromisso político- toda uma geração de jovens e adultos em São Paulo. (p.34).

A sociedade percebeu que o ensino dos conteúdos curriculares não bastava para uma formação ampla dos seres e que o acesso a essa formação deveria atingir todas as camadas da população para que o desenvolvimento social, cultural e econômico fosse almejado.

3.2 A PRÁXIS EDUCATIVA DO GESTOR PAULO FREIRE

Paulo Freire permaneceu no cargo de secretário municipal de educação de São Paulo durante 29 meses, entre janeiro de 1989 e maio de 1991. Segundo Haddad (2019), as diretrizes da gestão eram a “democratização da gestão pública; melhoria no acesso e permanência dos alunos; avanço na qualidade da educação, obtida por meio de um novo currículo e formação de professores, e educação também para jovens e adultos”. (p.202).

Durante a sua permanência na pasta da educação, Paulo Freire se empenhou em desburocratizar a gestão pública e mostrou transparência ao expor a situação precária em que se encontravam as escolas no momento de sua posse no cargo.

Moacir Gadotti, chefe de gabinete na gestão de Paulo Freire, relatou que pretendia mostrar a todos os que estavam envolvidos com a educação no município de São Paulo que juntos se poderiam mudá-la, construindo uma escola bonita, voltada para a formação social crítica e para uma sociedade democrática. O que se entendia era que a escola deveria ser um espaço de educação para todos e não apenas o lugar da transmissão de alguns conhecimentos. Desse modo, o autor destaca que:

Não impusemos ideias, teorias ou métodos, mas lutamos pacientemente impacientes, por uma educação como prática da liberdade. Nós acreditamos na liberdade. Queremos bem a ela. Nossa proposta à frente da Secretaria da Educação da cidade de São Paulo norteou-se por essas ideias e princípios. (GADOTTI, 1995, p.139).

Essa pretensão, de ir além do mero ensino de conteúdos, fez com que a Secretaria de Educação se movimentasse para a reformulação curricular. O Movimento de Reorientação Curricular do Noturno surgiu em abril de 1990, e segundo FUNARI (2008):

A reforma curricular foi a peça-chave da Secretaria para a construção de uma pedagogia crítica. Sugeriu uma descentralização curricular, a partir do momento em que enfatizava a autonomia das escolas na seleção dos conteúdos, que partiam da realidade concreta dos alunos. O Movimento de Reorientação Curricular operava a partir de duas frentes: o Projeto Inter e a reativação dos Conselhos de Escola, que constituíram, ambos, as mudanças radicais que ocorreram no interior das escolas, no que concerne ao currículo e à gestão escolar. (p.35).

O currículo foi construído com a participação de educadores, participantes dos Conselhos de Escola, especialistas em educação e abordagens interdisciplinares, em um processo de ação-reflexão-ação.

GADOTTI (1995) cita como contribuições da administração de Paulo Freire, o movimento de reorientação curricular, que trouxe a proposta da formação permanente dos professores, a diminuição da repetência escolar, o fortalecimento dos conselhos de escola e a implantação do MOVA-SP.

Diminuiu a repetência escolar e não porque tenham sido diminuídos, ou rebaixados, ou relaxados os padrões educacionais. (...) Segundo, cria-se o movimento de reorientação curricular da Secretaria Municipal da Educação, que tem como base a ideia de formação permanente do professorado. Trata-se ainda de devolver o poder à escola, mas um poder em que a escola permita a participação da comunidade. Os conselhos de escola, parece-me, são essa alternativa. (...) E, por último, a experiência que a mim em particular parece mais interessante foi a do MOVA-SP (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da Cidade de São Paulo). (GADOTTI, 1995, p.34).

Paulo Freire deixou a Secretaria Municipal de Educação em 27 de maio de 1991. HADDAD (2019) cita que o sucessor de Paulo Freire no cargo, o professor Mario Sergio Cortella, buscou dar continuidade ao trabalho de seu antecessor:

A gestão da Secretaria de Educação da prefeitura de Erundina encerrou seu período de quatro anos realizando parte das premissas indicadas pelo educador, que inovaram a forma de gerir a escola pública. Os Conselhos de Escola se tornaram realidade, assim como a implantação dos Grêmios Estudantis. Houve maior participação da comunidade e as escolas foram ocupadas em atividades nos fins de semana, o que aumentou a noção de pertencimento da escola pública aos alunos e a suas famílias. A interdisciplinaridade foi promovida em grande parte das escolas, assim como o atendimento noturno para jovens e adultos, as hortas escolares e a educação sexual, entre outras atividades pedagógicas. Os professores e funcionários tiveram

mais oportunidades de participar de um programa de educação permanente. (HADDAD, 2019, p.208).

O texto inicial do Estatuto do Magistério também foi aprovado na gestão de Paulo Freire.

Ainda segundo HADDAD (2019), “Paulo havia deixado a Secretaria Municipal de Educação, mas a sua orientação permaneceu nas suas políticas, na legislação que as sustentavam, nas práticas dos educadores e dos alunos”. (p.209).

As políticas públicas implantadas por Paulo Freire na SME, e pelo seu sucessor, Mario Sergio Cortella, foram adotadas pelo sistema educacional paulistano e, posteriormente, por outras redes de ensino.

A Lei nº 11.229, de 26 de junho de 1992, que criou o Estatuto do Magistério Público Municipal, consolidou os princípios da gestão de Paulo Freire e de seu sucessor: “a gestão democrática da escola, o aprimoramento da qualidade do ensino municipal, a valorização dos profissionais do ensino público, e a escola pública gratuita, de qualidade e laica para todos”. (DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 27 de junho de 1992, p.01)

A valorização do magistério proposta no Estatuto do Magistério Público Municipal prevê a formação permanente e sistemática dos professores, promovida pela SME ou pelas universidades; condições dignas de trabalho; perspectivas de progressão na carreira do magistério; realização de concursos de ingresso e de acesso; exercício de direitos e vantagens compatíveis com as atribuições do Magistério; piso salarial profissional, a garantia de proteção da remuneração contra perdas inflacionárias e correção monetária de pagamentos em atraso e exercício de livre negociação entre as partes.

Algumas leis posteriores, como por exemplo, a Lei nº 14660/2007, de 26 de dezembro de 2007, embora tenham reorganizado o Quadro dos Profissionais de Educação, foram determinantes para a consolidação das carreiras dos docentes.

As principais contribuições da gestão de Paulo Freire, segundo a educadora Ana Maria Araujo Freire (2019) foram:

A democratização da gestão, a política de educação de jovens e adultos, a democratização de acesso e uma nova qualidade do ensino, como princípios maiores e objetivos da gestão de Paulo Freire, foram incorporados e divulgados com veemência na sua plataforma política da SMEd/SP para a *conscientização* dos direitos e dos deveres dessa população paulistana, grandemente abandonada, assim, não apenas priorizando o ensino dos conteúdos programáticos. Enfim, intencionalmente, Paulo abriu a possibilidade de garantir os direitos

humanos fundamentais na Rede Municipal de Educação, como caminho para a luta da transformação social, econômica, política e ética de todos e todas que viviam na cidade de São Paulo, com vistas ao país inteiro. (FREIRE, 2019, p.19).

Sobre o legado educacional de Paulo Freire, SAUL (2019) ressalta que:

A pesquisa que se desenvolve no âmbito da Cátedra Paulo Freire, em rede com sete programas de pós-graduação em Educação, de diferentes estados brasileiros, visando a investigar a influência e recriação do legado freireano nos sistemas públicos de ensino a partir da década de 1990, tem demonstrado que a construção da escola pública popular e democrática vem sendo um paradigma inspirador de políticas de educação de várias redes de ensino comprometidas com a construção de uma educação crítico-emancipadora. (SAUL, 2019, p.304)

As contribuições de Paulo Freire como gestor frente à SME, e a influência de suas ideias sobre a educação que foram citadas na seção, estão presentes até os dias atuais na rede municipal de educação de São Paulo, e de outras redes de ensino do país.

3.3 TRAÇANDO O PERFIL DA EJA ATUAL

A rede municipal de educação de São Paulo oferece a modalidade de EJA em 185 unidades educacionais, e estão distribuídas nas seguintes Diretorias Regionais de Educação (DRE): Butantã, Campo Limpo, Capela do Socorro, Freguesia| Brasilândia, Guaianases, Ipiranga, Itaquera, Jaçanã| Tremembé, São Miguel Paulista, Penha, Pirituba| Jaraguá, Santo Amaro e São Mateus.

A SME oferece o curso em cinco formas de atendimento: EJA Regular e EJA Modular, oferecidas nas Escolas Municipais de Educação (EMEF), no período noturno; nos Centros Integrados de Educação de Adultos (CIEJA), nos períodos matutino, vespertino e noturno; no Centro Municipal de Capacitação para o Trabalho (CMCT), com cursos profissionalizantes; e o Movimento de Alfabetização Popular (MOVA-SP), em espaços cedidos pela comunidade. O termo “diversidade” é o que melhor traduz o perfil dos alunos que frequentam a EJA na cidade de São Paulo.

Segundo dados da SME (2019):

Atualmente existe uma superdiversidade no perfil dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos: jovens que não terminaram o Ensino Fundamental na idade certa com problemas de evasão, dependência química e liberdade assistida; adultos que necessitam de maiores níveis de escolarização para atenderem as demandas do mundo do trabalho; idosos que retornam à escola em busca de novos conhecimentos e de visibilidade social; imigrantes que necessitam se apropriar da Língua Portuguesa e os estudantes da Educação Especial". (Dados Gerenciais EJA, SME/ COPED/ DIEJA, 2019, p.1)

Ainda segundo a SME (2019):

Nesse contexto de superdiversidade de sujeitos que frequentam a Educação de Jovens e Adultos cabe ressaltar que a diversidade de estudantes acarreta na diversidade de expectativas que estes nutrem com a escola: progressão dos estudos, melhores colocações no trabalho, socialização, apropriação linguística, entre outros. (Dados Gerenciais EJA, SME/ COPED/ DIEJA, 2019, p.1)

O documento ressalta que cabe à escola proporcionar ações que atendam às necessidades individuais e especificidades dos educandos, e desenvolva habilidades e um maior nível de escolarização exigido pela sociedade contemporânea.

A heterogeneidade que caracteriza o público da EJA é um retrato da diversidade que caracteriza a sociedade brasileira atual, e exige-se da escola uma adequação à essa realidade.

A Divisão de Educação de Jovens e Adultos (DIEJA), da Coordenadoria Pedagógica (COPED), é o órgão responsável em promover as ações que garantam o acesso, a permanência, a qualidade de ensino e os itinerários formativos dos alunos, junto às equipes pedagógicas e supervisores da DRE.

A discussão sobre a reorganização do currículo da EJA, considerando as diferentes áreas do conhecimento, bem como o enfoque interdisciplinar na abordagem das temáticas do mundo do trabalho, tempos e espaços, diversidade, também fazem parte dos encontros formativos com as equipes pedagógicas e supervisores das DREs.

Ainda cabe a COPED|DIEJA articular ações com a Secretaria Municipal dos Direitos Humanos (SMDH) e Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Trabalho (SMDET) para ampliação e qualificação dos estudantes, mediado pelas contingências do mundo do trabalho e da sociedade atual.

3.3.1 O ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO JOVEM E ADULTA DE SÃO PAULO

Os últimos dados sobre o analfabetismo na cidade de São Paulo estão no Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, e apontam que 3,2% da população com 15 anos ou mais eram analfabetas.

Embora estejam defasados, são os dados oficiais disponíveis, uma vez que o Censo 2020 não foi realizado pelas autoridades competentes no tempo previsto, a cada dez anos.

Tabela 1 - São Paulo - Pessoas com 15 anos ou mais analfabetas 2010

Faixa etária	Analfabetos	%
15 a 24 anos	18.374	1,0
25 a 39 anos	45.237	1,5
40 a 59 anos	100.886	3,6
60 anos ou mais	118.975	8,9
Total	283.472	3,2

Fonte: IBGE. 2010 apud

Di Pierro, 2012.

A tabela 1 demonstra a distribuição dessa população por faixa etária, e podemos observar a alta taxa de analfabetismo entre as pessoas idosas.

DI PIERRO (2012) atenta para o fato de que “o índice médio de analfabetismo registrado entre jovens e adultos que vivem na cidade - 3,2% - é relativamente baixo, quando comparado às médias nacional ou estadual, porém representa um contingente numeroso de 283.472 pessoas que, sem saber ler ou escrever um simples bilhete, enfrentam enormes barreiras para se inserirem no

mercado de trabalho e para ter acesso aos direitos básicos em uma cidade em que as mais simples atividades cotidianas (o consumo, o transporte público e o acesso aos serviços sociais) são permeadas pela cultura escrita”. (p.177).

Os dados apresentados mostram que os idosos, pessoas com 60 anos ou mais, representavam 8,9%, a maior parcela de analfabetos da população paulistana naquele período.

Abaixo, a tabela 2 apresenta a distribuição da população com mais de 10 anos por nível de instrução em 2010:

Tabela 2 - São Paulo - População com 10 anos ou mais por nível de instrução - 2010

Escolaridade	N	%
População total na faixa etária	9.783.869	100,0%
População sem instrução e fundamental incompleto	3.683.120	37,6%
População com fundamental completo e médio incompleto	1.798.580	18,4%
População com ensino médio completo e superior incompleto	2.610.334	26,7%
População com ensino superior completo	1.572.070	16,1%
População com escolaridade indeterminada	119.765	1,2%

Fonte: IBGE. 2010 apud

Di Pierro, 2012.

A tabela 3 apresenta a taxa de analfabetismo na cidade de São Paulo, em 2010, dividida em regiões que são atendidas pelas diretorias regionais de educação (DRE) da SME:

Tabela 3 - Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais na cidade de São Paulo, segundo DRE (%) – 2010

Região	Taxa de analfabetismo
Butantã	1,8%
Campo Limpo	4,5%
Capela do Socorro	5,1%
Freguesia Brasilândia	3,3%
Guaianases	4,7%
Ipiranga	1,6%
Itaquera	2,9%
Jaçanã Tremembé	2,6%
Penha	2,1%
Pirituba/ Jaraguá	2,9%
Santo Amaro	3,1%
São Mateus	4,5%
São Miguel	4,7%

Fonte: IBGE. 2010 apud

Dados Gerenciais EJA, SME/ COPED/ DIEJA, 2019, p.3.

Os dados apresentados na tabela 3 evidenciam que as maiores taxas de analfabetos se concentravam nas regiões mais periféricas de São Paulo, como Capela do Socorro (5,1%), que abrange o extremo sul da cidade, e Guaianases e São Miguel, localizadas no extremo leste, e que tinham a mesma taxa de 4,7% de indivíduos analfabetos.

Os números mostram um retrato da desigualdade social e econômica na educação, e mostram a evidência de que é a população mais pobre, moradora das regiões mais periféricas da cidade, que são as mais afetadas pelo analfabetismo.

A seguir, apresentaremos algumas características da Educação de Jovens e Adultos, com destaque aos educandos idosos, da maior cidade e rede de ensino do país.

3.4. MATRÍCULAS NA EJA

O quadro 1 mostra a evolução no número de matrículas nas diferentes modalidades da EJA, entre os anos de 2014 e junho de 2019. Os dados do MOVA, referentes aos anos de 2017 e 2018, e do CIEJA em 2017, não estavam disponíveis.

Quadro 1 - Matrículas na EJA no município de São Paulo- 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019 (junho)

Modalidade	2014	2015	2016	2017	2018	2019 (junho)
EJA Regular	109.861	107.311	88.285	35.476	33.440	27.509
EJA Modular	7.932	8.620	10.716	9.942	8.626	5.586
CIEJA	17.470	18.282	19.293	-----	17.438	11.973
MOVA	13.124	15.235	15658	-----	-----	11.082
TOTAL	148.387	149.448	133.952	45.418	59.504	56.150

Fonte: PRODOC 914 BRZ 1147, SME/ COPED/ DIEJA, 2017, p.08

Os dados apontam uma diminuição no número de alunos matriculados na EJA, em todas as formas de atendimento, ao longo dos últimos anos. O fenômeno da redução de matrículas também pode ser observado na EJA Regular, ainda que tal

forma de atendimento represente a maior parcela no total de alunos matriculados na rede municipal de ensino de São Paulo.

É importante elaborar diferentes formas de comunicação ao público para divulgar os cursos de EJA e buscar pessoas interessadas em estudar nessa modalidade de ensino. DI PIERRO (2012) lembra que:

Cumpra as administrações públicas cumprir o que manda o Artigo 5º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que, dentre outras medidas, obriga recensear os jovens e adultos que não tiveram acesso ao Ensino Fundamental e fazer-lhes a chamada pública, exigências essas que vem sendo sistematicamente violadas pelos governos estadual e municipal (p.180).

3.5. A EJA REGULAR

A EJA Regular, foco de interesse da pesquisa, é ofertada no período noturno, das 19 às 23 horas, nas EMEFs - Escolas Municipais de Ensino Fundamental, EMEFMs - Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio e nas EMEBs - Escolas Municipais de Educação Bilíngue para Surdos.

A estrutura da EJA Regular é dividida em etapas: Etapa de Alfabetização (2 semestres) e Etapa Básica (2 semestres), que correspondem do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Etapa Complementar (2 semestres) e Etapa Final (2 semestres), que correspondem do 6º ao 9º ano do ensino fundamental. Cada etapa tem a duração de 200 dias letivos.

Os dados apresentados, a seguir, buscam traçar algumas características do perfil do alunado da EJA Regular, com ênfase no educando idoso, tendo como base o ano de 2016, período com os dados mais recentes e que foram disponibilizados pela SME.

3.6. GÊNERO

O quadro 2 aponta que do total de alunos matriculados na EJA Regular em 2016, 48% eram homens e 52% eram mulheres. A presença feminina apresentava um percentual maior em todas as regiões da cidade, com exceção da região da Penha, com a predominância de estudantes do sexo masculino.

Quadro 2 - Matrículas na EJA Regular por gênero da rede municipal de educação de São Paulo- 2016

	Masculino	Feminino
TOTAL	48%	52%

Fonte: Dados Gerenciais EJA, SME/ COPED/ DIEJA, 2019, p.59

Os dados demonstram que havia um equilíbrio entre os alunos que frequentavam a EJA Regular, em relação ao gênero, ainda que a presença feminina fosse maior do que a masculina.

3.7. DIVERSIDADE ÉTNICO - RACIAL

A categoria Diversidade Étnica - Racial incluiu as informações que são denominadas diversidade racial e migrações. Retratam a diversidade racial, cultural e histórica que a migração nacional proporcionou na composição do alunado da EJA de São Paulo.

O termo raça foi encontrado nos documentos pesquisados.

Os dados do quadro 3 não permitem traçar um perfil étnico preciso sobre os educandos da EJA Regular, tendo em vista que metade dos matriculados optaram em não declarar a sua raça.

Entretanto, registra-se um percentual maior de alunos que se declararam ser da raça negra (27%).

Quadro 3 - Matrículas na EJA Regular por etnia da rede municipal de educação de São Paulo - 2016

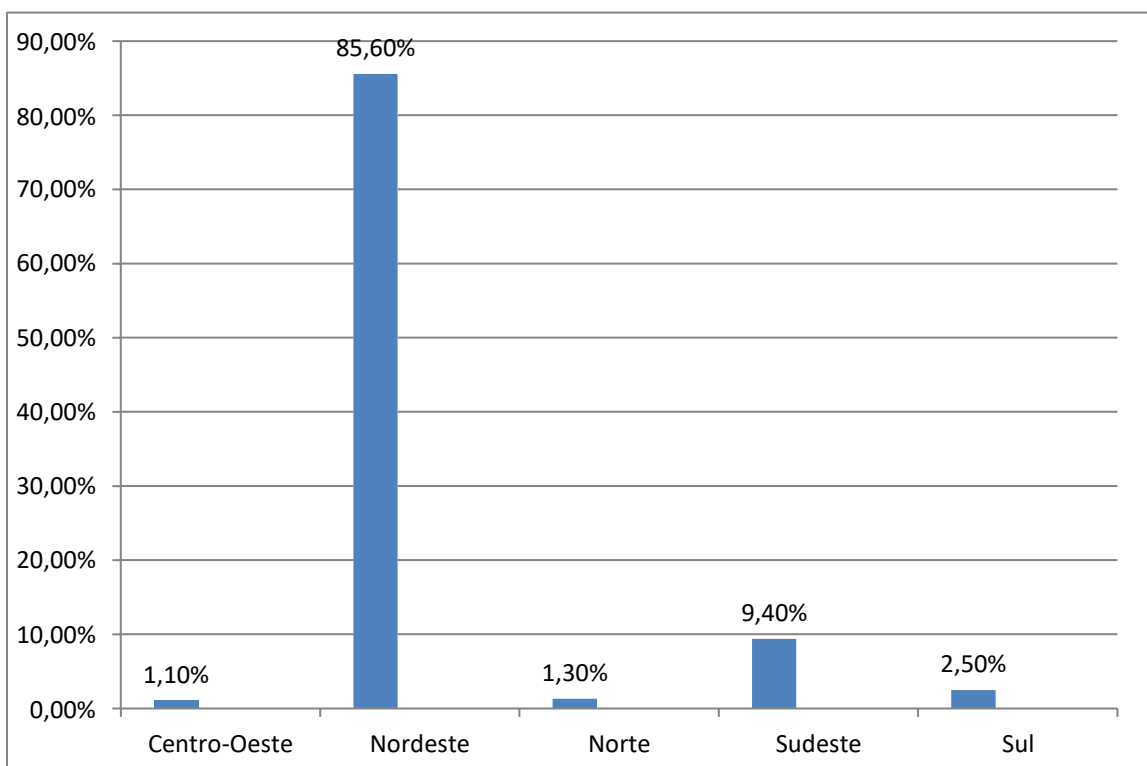
	Amarela	Branca	Indígena	Não Declarada	Negra
TOTAL	0,2%	22%	0,2%	50%	27%

Fonte: Dados Gerenciais EJA, SME/ COPED/ DIEJA, 2019, p. 61.

3.8. ORIGEM DOS MIGRANTES MATRICULADOS NA EJA REGULAR DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO

O gráfico 1 mostra a distribuição das regiões de origem dos estudantes que frequentavam a EJA Regular em 2016 e, pelos dados, podemos observar que a maior parte dos migrantes eram da região Nordeste (85,6%), seguido pelas regiões Sudeste (9,4%), Sul (2,5%), Norte (1,3%) e Centro Oeste (1,1%). Os migrantes representavam 32,5% do alunado da EJA Regular naquele período.

Gráfico 1 - Origem dos migrantes matriculados na EJA Regular da rede municipal de educação de São Paulo



Fonte: Dados Gerenciais EJA, SME/ COPED/ DIEJA, 2019, p.62.

Esse cenário é fruto de várias situações econômicas sociais que essa parte do país enfrenta. O estado de São Paulo passou a ser visto como um local rico em oportunidades. Dessa forma, entender a identidade e a história dos alunos é também entender processos históricos e sociais.

3.9. INCLUSÃO

A presença de educandos com algum grau de deficiência, em 2016, representava apenas 0,7% do total de matriculados nas escolas municipais de São

Paulo. O atendimento a deficientes na EJA Regular, na rede municipal de ensino de São Paulo - 2016, possui um total de 07% dos alunos, conforme a SME (2019).

3.10. FAIXA ETÁRIA

A diversidade também estava presente na composição do alunado da EJA Regular no ano de 2016, em relação à idade. O quadro a seguir, mostra que as turmas eram compostas com estudantes de todas as faixas etárias:

Quadro 4 - Matrículas na EJA Regular por idade na rede municipal de educação de São Paulo – 2016

	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
TOTAL	37%	22%	16%	15%	7%	3%

Fonte: Dados Gerenciais EJA, SME/ COPED/ DIEJA, 2019, p.60.

Conforme indica o quadro 4, os jovens na faixa etária dos 15 aos 29 anos representavam o maior contingente de estudantes (59%) da EJA Regular, em todas as regiões paulistanas.

Os idosos representavam 3% do alunado da EJA Regular, em 2016, e estavam presentes em escolas de todas as diretorias de educação do município.

A maioria dos jovens de 15 a 29 anos estava matriculada nas etapas finais, por outro lado, os alunos com mais de 50 anos e os idosos se concentravam nas turmas das etapas iniciais do curso.

O quadro 5 apresenta as matrículas por idade das turmas iniciais de alfabetização da EJA Regular (ALFA I e ALFA II), onde podemos constatar que a presença de idosos (11%) é maior do que a de jovens (9%), na faixa etária entre 15 e 29 anos.

Quadro 5 - Matrículas por idade em turmas iniciais de alfabetização da EJA Regular (ALFA I e II) da rede municipal de educação de São Paulo - 2016

	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
TOTAL	2%	7%	23%	36%	21%	11%

Fonte: Dados Gerenciais EJA, SME/ COPED/ DIEJA, 2019, p.66.

Podemos constatar, através do Quadro 5, que a presença de idosos (11%) era maior do que a de jovens (2%) nas turmas iniciais de alfabetização, nas escolas municipais da capital paulista, em 2016.

3.11. REPROVAÇÃO / EVASÃO

No que se refere aos índices sobre reprovação e evasão, constata-se através do quadro 6 que os idosos representavam apenas 1% dos alunos que tinham sido reprovados e 1% dos evadidos em 2016.

Quadro 6 - Reprovação e evasão na EJA Regular por faixa etária na rede municipal de educação de São Paulo - 2016

Reprovado							Evadido					
Faixa Etária	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
Total	18%	8%	6%	6%	3%	1%	23%	16%	9%	7%	3%	1%

Fonte: Dados Gerenciais EJA, SME/ COPED/ DIEJA, 2019, p.64.

Através desses dados, podemos verificar que o percentual de alunos com 60 anos ou mais que deixam os estudos, ou são reprovados na escola, é o menor quando comparado com outras faixas etárias.

Portanto, ao traçar o perfil da EJA atual, podemos inferir que as turmas são compostas por alunos dos sexos masculino e feminino, de forma equilibrada, e são

moradores, em sua maioria, das regiões mais carentes e periféricas da cidade de São Paulo. Há uma predominância de pessoas que se autodeclaram ser da raça negra, e dentre os migrantes, a maioria é composta de nordestinos. A presença de sujeitos com algum grau de deficiência é quase nula.

No tocante a idade, podemos deduzir que o ambiente escolar da EJA Regular tem representantes de todas as faixas etárias, o que pode propiciar experiências intergeracionais importantes entre os alunos. CACHIONI e TODARO (2016) lembram que:

Enfrentar a heterogeneidade é, portanto, um desafio cotidiano para a prática pedagógica de professores que atuam nessa modalidade. A presença de alunos com faixas etárias tão discrepantes em uma mesma sala de aula requer dos educadores um cuidado especial na preparação das aulas e na seleção do material utilizado, visando sempre atender às diferentes necessidades. (p.177).

No intuito de entender melhor como é a relação com esse alunado da EJA em São Paulo, a seção a seguir se debruçará em questões pedagógicas trabalhadas, associadas à uma análise da forma como a atividade é desenvolvida para os alunos, com ênfase no educando idoso.

4. ATIVIDADES ELABORADAS PARA OS ALUNOS DA EJA DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO (2018 A 2020): ANÁLISES GERAIS

Apresentamos três atividades que foram trabalhadas com os alunos da EJA nos anos de 2018, 2019 e 2020.

A primeira atividade trata de um tema de Direitos Humanos e discute o Empoderamento Feminino na EJA. Foi realizada na EMEF Zilka Salaberry de Carvalho, em 2019.

A segunda atividade foi uma intervenção artística sobre sustentabilidade, que foi apresentada durante uma Mostra Cultural da EJA, da EMEF Manoel Carlos de Figueiredo Ferraz. A apresentação foi a finalização de um projeto que trabalhou questões de Educação Ambiental e teve a participação de educadores que desenvolveram o tema da sustentabilidade, ao longo do período letivo de 2018.

A terceira atividade, a produção de um texto denominado “Minha História”, foi elaborada pela DIEJA (Divisão da Educação de Jovens e Adultos) de SME, e faz parte do livro “Trilhas de Aprendizagem”. A publicação foi produzida para as aulas remotas ministradas no período da pandemia da COVID-19, em 2020.

As atividades apresentadas são de domínio público e estão disponíveis no portal da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME).

Apresentamos a descrição da atividade, o desenvolvimento, a análise e a adequação ao público idoso da EJA.

4.1. ATIVIDADE 1 - DIREITOS HUMANOS - O EMPODERAMENTO FEMININO NA EJA (2019)

A atividade selecionada foi realizada com os educandos da EJA da EMEF Zilka Salaberry de Carvalho, pertencente a Diretoria Regional de Educação (DRE) Freguesia/ Brasilândia, na zona norte de São Paulo.

A educadora desenvolveu as atividades com as turmas da 1ª e 2ª etapas de alfabetização da EJA, e através de uma abordagem interdisciplinar, abordou temas sobre o papel da mulher e seu poder na sociedade. Trabalhou atividades e realizou discussões sobre os tipos de violência doméstica, igualdade de direitos, questões de

gênero, e outros assuntos relacionados ao empoderamento feminino na sociedade brasileira, marcada por uma tradição cultural machista.

A publicação, apresentada no Anexo A, traz o relato da educadora sobre a experiência de uma aluna idosa, que começou a ser alfabetizada há pouco tempo.

A alfabetizadora conta emocionada que uma aluna, com mais de sessenta anos, que está frequentando a escola pela primeira vez, foi ao cartório de “cabeça erguida”, pois conseguiu assinar um documento sozinha, sem que alguém escrevesse o seu nome para que fosse copiado por ela. E que essa mesma aluna tinha conseguido ler uma mensagem do filho em um aplicativo do celular, o que foi motivo de orgulho para ambos.

A importância de se considerar a heterogeneidade das turmas da EJA na prática docente e o poder emancipador da educação são destacados na publicação.

A reprodução da notícia da atividade está em domínio público e foi publicada no Portal Institucional da Secretaria Municipal de Educação (SME).

4.1.1. ANÁLISE DA ATIVIDADE 1 - DIREITOS HUMANOS - O EMPODERAMENTO FEMININO NA EJA (2019)

O significado da palavra “empoderamento” associa-se ao termo poder. Segundo o Aurélio (2010, p.280), a significação relacionada à educação define-a como sendo a “conscientização, reflexão, objetivação e ação de indivíduos e/ou grupos que levam à mudança da condição individual e coletiva”.

A Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres e o Pacto Global criaram sete princípios de empoderamento das mulheres, que são:

- Estabelecer liderança corporativa sensível à igualdade de gênero, no mais alto nível.
- Tratar todas as mulheres e homens de forma justa no trabalho, respeitando e apoiando os direitos humanos e a não-discriminação.
- Garantir a saúde, segurança e bem-estar de todas as mulheres e homens que trabalham na empresa.

- Promover educação, capacitação e desenvolvimento profissional para as mulheres.

- Apoiar o empreendedorismo de mulheres e promover políticas de empoderamento das mulheres através das cadeias de suprimentos e marketing.

- Promover a igualdade de gênero através de iniciativas voltadas à comunidade e ao ativismo social.

- Medir, documentar e publicar os progressos da empresa na promoção da igualdade de gênero.

Embora os sete princípios dessas organizações concentrem-se em aspectos econômicos, o empoderamento feminino incentiva uma maior participação das mulheres na política, em cargos de liderança, na preservação da paz e da segurança, busca punir e erradicar a violência contra a mulher e luta pela igualdade de gênero em todos os setores da sociedade.

A publicação cita a diversidade que caracteriza o público que frequenta as turmas da EJA, também apontada na seção anterior, no tocante à faixa etária, orientação sexual, cultura e aprendizagens.

Outro aspecto apresentado no quadro 2 da seção anterior, as mulheres representavam 52% do total de matriculados na EJA paulistana em 2016, ou seja, a presença feminina era predominante entre os educandos.

Ao trabalhar atividades que lidam com as questões de direitos humanos, violência doméstica, igualdade de gêneros, em uma abordagem interdisciplinar, a educadora propicia aos educandos a oportunidade de refletirem sobre temas que são próximos aos seus cotidianos e da sociedade em geral.

FREIRE (1980) ressalta as diferenças entre a prática “bancária” e a prática problematizadora:

Enquanto a prática “bancária”, por tudo o que dela dissemos, enfatiza, direta ou indiretamente, a percepção fatalista que estejam tendo os homens de sua situação, a prática problematizadora, ao contrário, propõe aos homens sua situação como problema. Propõe a eles sua situação como incidência de seu ato cognoscente, através do qual será possível a superação da percepção mágica ou ingênua que dela tenham. A percepção ingênua ou mágica da realidade da qual

resultava a postura fatalista cede seu lugar a uma percepção que é capaz de perceber-se. E porque é capaz de perceber-se enquanto percebe a realidade que lhe parecia em si inexorável, é capaz de objetivá-la. Desta forma, aprofundando a tomada de consciência da situação, os homens se “apropriam” dela como realidade histórica, por isto mesmo, capaz de ser transformada por eles. (FREIRE, 1980, p.85).

O poder emancipador da educação pode ser conferido no relato que a professora faz sobre uma aluna idosa que estava sendo alfabetizada pela primeira vez, e que se sentiu orgulhosa de ter conseguido assinar o seu nome no cartório, e de ter conseguido ler uma mensagem escrita em um aplicativo de conversa do aparelho celular.

Paulo Freire (2019) afirma a sua crença em uma “educação séria e rigorosa, que me faz contente e alegre”. E sobre a educação relacionada aos direitos humanos, ressalta que:

Essa educação para a liberdade, essa educação ligada aos direitos humanos nesta perspectiva, tem que ser abrangente, totalizante, ela tem a ver com o conhecimento crítico do real e com a alegria de viver. E não apenas com a rigorosidade da análise de como a sociedade se move, se mexe, caminha, mas ela tem a ver com a festa que é a vida mesmo. Mas é preciso fazer isso de forma crítica e não de forma ingênua. Nem aceitar o todo- poderosismo ingênuo de uma educação que faz tudo, nem aceitar a negação da educação como algo que nada faz, mas assumir a educação nas suas limitações e, portanto, fazer o que é possível, historicamente, ser feito com e através, também, da educação. (FREIRE, 2019, p.43)

O empoderamento feminino é um tema atual e relevante para os educandos jovens, adultos e idosos, e precisa ser tratado em todas as etapas de ensino da EJA. Desta forma, os educadores têm a oportunidade de trabalhar questões sobre as desigualdades sociais e as de gênero, que ainda persistem em uma sociedade marcada por uma cultura machista.

4.2. ATIVIDADE 2 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL - INTERVENÇÃO ARTÍSTICA SOBRE SUSTENTABILIDADE (2018)

A EMEF Desembargador Manoel Carlos de Figueiredo Ferraz é uma das escolas que compõem a Diretoria de Educação de Santo Amaro (DRE - SA), e está situada no bairro de Pedreira, zona sul de São Paulo, próximo da Represa Billings.

Em 2018, os professores e alunos da escola promoveram uma Mostra Cultural da EJA, e uma das atrações foi a instalação e a intervenção artística que tratava da extração de recursos naturais e a importância do trabalho dos catadores de lixo.

Além desses tópicos, o objetivo da atividade foi a reflexão sobre a questão da sustentabilidade, vinculada aos 5Rs (Reduzir, Repensar, Reaproveitar, Reciclar, Recusar), e a proposta de evitar o consumo exagerado e o desperdício.

Foi um trabalho desenvolvido com uma abordagem interdisciplinar e contou com a participação dos educadores das áreas de Ciências, Geografia, Sala de Informática, Língua Portuguesa e Arte. Participaram da atividade os alunos das Etapas Complementar II e Final I e II da EJA.

Temas como a produção, consumo e descarte de lixo na sociedade, o funcionamento dos aterros sanitários, e a legislação federal que trata de resíduos sólidos foram discutidos e trabalhados pelas áreas de Ciências e Geografia, durante o período que antecedeu a Mostra Cultural da EJA.

Outros recursos também fizeram parte do desenvolvimento do trabalho, tais como, a exibição de fragmentos de documentários que tratam do tema da sustentabilidade (“Estamira” e “Lixo Extraordinário”), e os poemas “Luxo” e “O Bicho”. Através de rodas de conversa, os alunos puderam discutir sobre os assuntos abordados nas aulas.

Na data da Mostra Cultural da EJA aconteceu o encerramento dos trabalhos com a montagem na Sala de Informática de uma intervenção artística em prol da sustentabilidade.

A reprodução da atividade está no Anexo B, e a notícia está disponível no Portal Institucional de SME.

4.2.1 ANÁLISE DA ATIVIDADE 2 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL - INTERVENÇÃO ARTÍSTICA SOBRE SUSTENTABILIDADE (2018)

A Mostra Cultural da EJA, que culminou com a montagem e a intervenção artística em prol da sustentabilidade, é um exemplo de projetos que são desenvolvidos nas escolas municipais de São Paulo com os estudantes jovens, adultos e idosos.

Os educadores envolvidos no projeto adotaram uma abordagem interdisciplinar no desenvolvimento das tarefas com os alunos e envolveram diversas áreas do conhecimento para trabalhar e refletir sobre questões ambientais que exigem soluções urgentes.

O conceito de sustentabilidade e as propostas dos 5Rs (Reduzir, Repensar, Reaproveitar, Reciclar, Recusar) propõem uma mudança nos hábitos e valores que prevalecem na sociedade atual e é importante que os idosos estejam a par das novas ideias que são difundidas sobre a preservação do meio ambiente.

A importância da atividade é indiscutível diante da atualidade do tema trabalhado com os alunos da EJA.

Outro fato a ser destacado é que a escola está localizada no entorno da Represa Billings, área de mananciais, o que torna a questão da sustentabilidade uma realidade que precisa ser discutida por toda a comunidade que vive na região.

Entretanto, é preciso que outras escolas próximas à represa também discutam temas ambientais com os seus estudantes, caso contrário, a iniciativa fica restrita a uma única unidade escolar.

Vale ressaltar a diversidade de atividades que foram desenvolvidas com os estudantes: a pesquisa sobre legislação ambiental, os estudos sobre a produção, consumo e descarte do lixo, o trabalho com gênero da esfera literária em verso (poemas) e a vivência com diferentes linguagens artísticas (música, teatro).

As rodas de conversa são momentos em que o educando idoso pode expressar as suas ideias, a sua trajetória de vida, contar como eram os hábitos e costumes do passado, e ouvir opiniões e experiências de colegas de outras gerações e culturas. É possível trabalhar a oralidade e a escuta, e sondar os conhecimentos prévios que os educandos possuem sobre o tema estudado.

FREIRE (2020) ressalta que “não é possível negar a tecnologia” (p.216), e afirma sobre o uso dos recursos audiovisuais na educação:

O vídeo, além do papel de falar de certa coisa através da imagem, deve virar um objeto de curiosidade do educador e do educando enquanto objeto de conhecimento a ser apreendido ou cuja compreensão deva ser apreendida pelos dois. Quanto mais bem feito, melhor. Mais do que entreter, o vídeo deve ser um objeto desafiador. A prática educativa como processo de conhecimento e não como processo de transmissão de conhecimento é uma coisa linda, porque, enquanto o educando começa a conhecer o objeto proposto, o educador reconhece o objeto no processo de conhecimento que o educando faz; quer dizer, no fundo é um ciclo de conhecer, que inclusive confirma o conhecimento. Esse processo é de uma indiscutível boniteza. (FREIRE, 2020, p.216)

Acerca de outro recurso audiovisual utilizado na escola, FREIRE (2020) destaca que “é preciso pensar na televisão sabendo também que ela não tem nada de neutro, é um instrumento do poder. O telespectador é manobrado, ideologizado.” (p.216).

Além de utilizar recursos pedagógicos diversos no desenvolvimento do tema estudado, e a reflexão sobre hábitos e costumes que prevalecem em uma sociedade consumista, merece ser citada a conscientização que os educadores realizaram sobre a importância do trabalho dos catadores de lixo.

propõe uma situação em que o debate seja sobre:

O homem no mundo e com o mundo. Natureza e cultura. Através do debate desta situação, em que se discute o homem como um ser de relações, se chega à distinção entre os dois mundos- o da natureza e da cultura. Percebe-se a posição normal do homem como um ser no mundo e com o mundo. Como um ser criador e recriador que, através do trabalho, vai alterando a realidade. (FREIRE, 2019, p.162).

A crítica a ser feita sobre a atividade realizada pela escola é que participaram apenas os estudantes da Etapa Complementar II, Etapa Final I e II, excluindo os alunos das outras etapas: Alfabetização, Básica I, II e Complementar I.

Embora estejam cursando os anos iniciais de escolarização, as atividades desenvolvidas poderiam ser adaptadas para que os todos os educandos jovens, adultos e idosos da EJA pudessem conhecer o conceito de sustentabilidade, as práticas, hábitos e valores que visam a preservação do planeta.

FREIRE (2000) lembra que “o futuro não nos faz. Nós é que nos refazemos na luta para fazê-lo”. (p.27).

A reflexão sobre as atitudes e comportamentos do indivíduo em relação ao meio ambiente no presente, podem garantir um mundo mais sustentável no futuro. Daí a importância desse tipo de atividade escolar com os alunos de todas as faixas etárias, inclusive os mais velhos.

4.3. ATIVIDADE 3 - TRABALHO DE ALFABETIZAÇÃO ELABORADO PARA AS AULAS REMOTAS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 (2020)

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) é a agência especializada em saúde do sistema interamericano, e atua como escritório regional da Organização Mundial da Saúde (OMS) para as Américas.

O portal institucional da OPAS (2021) informa que:

Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. O termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconhece que, no momento, existem surtos de COVID- 19 em vários países e regiões do mundo. (Organização Pan-Americana da Saúde-OPAS, 2021, p. [2]).

Ainda segundo o órgão, “a COVID-19 é a doença infecciosa causada pelo novo coronavírus, identificado pela primeira vez em dezembro de 2019, em Wuhan, na China”. E adverte que “as pessoas que estão em contato próximo (a menos de 1 metro) com uma pessoa infectada podem pegar a COVID-19 quando essas gotículas infecciosas entrarem na sua boca, nariz ou olhos”. (OPAS, 2021, p. [2]).

Dentre as orientações para a prevenção da COVID-19, a OPAS recomenda evitar aglomerações e manter o distanciamento físico entre as pessoas. Essa medida sanitária obrigou as autoridades competentes a suspenderem as aulas presenciais em todo o país, durante vários meses do ano de 2020.

Os educadores que atuavam na EJA da rede municipal de ensino de São Paulo tiveram que se adaptar às novas condições de trabalho impostas pela pandemia. As aulas foram ministradas remotamente e os estudantes tiveram que realizar as atividades escolares adaptando-se ao ensino à distância.

A equipe da COPED/DIEJA (Divisão de Educação de Jovens e Adultos/Coordenadoria Pedagógica) da SME publicou um livro de atividades intitulado Trilhas de Aprendizagem, que está disponível no portal institucional da SME.

A publicação traz atividades de todas as etapas da EJA e o (a) estudante pode realizá-las de qualquer aparelho celular, ou computador, que tivesse acesso à internet. Além do formato digital, os cadernos impressos foram entregues a todos os educandos através dos correios, de acordo com a etapa de ensino que estavam matriculados.

A orientação para o desenvolvimento das atividades era que o (a) aluno (a) realizasse sozinho (a), ou se fosse o caso, contasse com o auxílio de um familiar para fazer a tarefa.

A atividade selecionada, que tem como público-alvo os alunos da EJA - Etapa Básica II (equivalente aos anos finais do ensino fundamental I), encontra-se no ANEXO C do presente trabalho.

4.3.1. ANÁLISE DA ATIVIDADE 3 - TRABALHO DE ALFABETIZAÇÃO ELABORADA PARA AS AULAS REMOTAS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 (2020)

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) alerta sobre a COVID-19 que “as pessoas idosas e as que têm outras condições de saúde como pressão alta, problemas cardíacos e do pulmão, diabetes ou câncer, têm maior risco de ficarem gravemente doentes”. (OPAS, 2021, p. [2]).

O aluno idoso exige uma atenção especial, por fazer parte desse grupo que está mais vulnerável a desenvolver a COVID-19 em seu estágio mais grave. Por isso, o afastamento do ambiente escolar, presencialmente, se tornou uma necessidade.

Embora a migração das aulas presenciais para o ambiente virtual tenha sido uma forma de garantir a continuidade de estudos, a desigualdade social também ficou evidente no acesso ao ambiente virtual.

Segundo dados do IBGE (2021), em 2019, 81,8% dos estudantes da rede privada acessavam a internet pelo computador, contra 43% dos alunos da rede pública. O uso da televisão para acessar a internet ocorria na proporção de 51,1% dos alunos da rede privada, contra 26,8% dos estudantes da rede pública. O aparelho celular foi o meio mais utilizado para acessar a internet, tanto para os estudantes da rede pública (96,8%) quanto para os da rede privada (98,5%).

Nesse contexto, o auxílio de algum familiar na execução das tarefas do aluno idoso se tornou primordial. Além da ajuda no uso dos aparelhos tecnológicos, esses momentos de estudos podem representar momentos de interação social, e de troca intergeracional.

A atividade proposta no “Eixo Identidade” começa propondo a reflexão sobre o passar do tempo através da leitura do poema “Retrato”, de Cecília Meirelles.

Trata-se de uma forma de trabalhar a subjetividade do aluno idoso através do resgate de suas memórias de vida, ao mesmo tempo em que retoma discursos poéticos de gêneros que podem fazer parte de sua formação, como por exemplo, o cordel e o cantar repentes.

Outrossim, a atividade de escrita “A história da minha vida” propiciou ao educando idoso a oportunidade de expressar as experiências pessoais de vida, a valorização de suas raízes culturais e históricas.

FREIRE (2019) afirma o sentido da alfabetização:

É a consequência de uma reflexão que o homem começa a fazer sobre sua própria capacidade de refletir. Sobre a sua posição no mundo. Sobre o mundo mesmo. Sobre seu trabalho. Sobre seu poder de transformar o mundo. Sobre o encontro das consciências. Reflexão sobre a própria alfabetização, que deixa assim de ser algo externo ao homem para ser dele mesmo. Para sair de dentro de si, em relação com o mundo, como uma criação. (FREIRE, 2019, p.180)

Enfim, o trabalho de alfabetização em que a palavra seja compreendida pelo homem como uma força de transformação do mundo.

Podemos considerar que o fato que se destacou no período da pandemia da COVID-19, em 2020, foi a importância das aulas remotas na garantia da educação dos estudantes de todas as faixas etárias. E, no caso do idoso, a importância de a escola oferecer a formação necessária para que ele execute as atividades propostas no ambiente virtual de aprendizagem de forma autônoma.

A seguir, descreveremos a análise das três atividades selecionadas para a pesquisa, sob a perspectiva de Paulo Freire sobre educação emancipatória.

5. ANÁLISE DAS ATIVIDADES ESCOLARES A PARTIR DE CONCEITOS DA EDUCAÇÃO CRÍTICO-EMANCIPADORA DE PAULO FREIRE

Foram adotados alguns critérios baseados nos conceitos de educação emancipatória propostos por Paulo Freire: a dialogicidade, os conhecimentos prévios do aluno, a valorização da experiência e a ampliação do repertório cultural do aluno e a adequação das atividades ao perfil do aluno idoso.

- **Dialogicidade:** O professor e o aluno se tornam sujeitos do processo onde aprendem e ensinam uns com os outros, de forma dialógica, mediatizados pelo mundo. (FREIRE, 1980, p.78)

Atividade 1 - Direitos Humanos - Empoderamento Feminino na EJA: a atividade possibilita a interação do idoso com os colegas e a professora, através das discussões sobre os trabalhos desenvolvidos.

Atividade 2 - Educação Ambiental: Intervenção Artística sobre Sustentabilidade: as rodas de conversa, poemas, vídeos, e outros recursos utilizados, podem propiciar o diálogo, a troca intergeracional de ideias e as reflexões entre todos os envolvidos, durante o desenvolvimento das atividades.

Atividade 3 - Alfabetização: a aula remota tem um formato diferente das aulas presenciais por acontecer em um ambiente virtual de ensino e aprendizagem. Tal característica não compromete a interação e a dialogicidade entre os participantes da atividade, ainda que realizado remotamente, à distância.

- **Conhecimentos prévios dos alunos:** A escola deve ter o compromisso de respeitar os saberes construídos socialmente pelos alunos, principalmente daqueles que são oriundos das classes mais pobres, e estabelecer uma ligação com os saberes curriculares fundamentais aos estudantes. (FREIRE, 1996, p.30).

As atividades apresentaram ações de sensibilização e levaram em consideração os conhecimentos prévios dos educandos na realização das atividades.

Atividade 1 - Direitos Humanos - Empoderamento Feminino na EJA: os assuntos abordados retratam situações cotidianas da vida de mulheres

brasileiras, o que propicia uma identificação com o (a) aluno (a) idoso (a) da EJA.

Atividade 2 - Educação Ambiental: Intervenção Artística sobre Sustentabilidade: as questões ambientais devem estar presentes na vida dos educandos da escola que desenvolveu o projeto sobre sustentabilidade, uma vez que a instituição escolar se localiza em uma área de mananciais, próxima a Represa Billings.

Atividade 3 - Alfabetização: o tema proposto para a produção de um texto remete às memórias e experiências de vida do aluno idoso.

- Valorização e ampliação do repertório cultural do aluno como uma ferramenta para o acesso a outras manifestações culturais:

As três atividades levaram em consideração o saber construído anteriormente pelo aluno, elaborado através de suas experiências sociais e de vida. Ao longo do desenvolvimento das atividades, o estudante pode fazer uma “ponte” entre os seus saberes e o conhecimento trabalhado pela escola, que é um patrimônio da humanidade (GADOTTI, 2011, p.142)

- Avaliação da pertinência do material ao perfil do aluno idoso:

É importante que o educador dialogue com o educando sobre situações concretas, deixando de oferecer o instrumento com que ele se alfabetiza, como se fosse uma doação ou uma imposição. A cartilha é um exemplo de um material escolar que pretende oferecer a montagem da sinalização gráfica como uma doação, e reduzir o analfabeto mais a condição de *objeto* que a de *sujeito* de sua alfabetização. (FREIRE, 2019, p.146).

As três atividades trabalhadas despertam a memória cultural e afetiva da infância, juventude e maturidade do idoso e valorizam a bagagem cultural do educando.

A proposta de produzir um texto que tem como tema “A minha história de vida”, cria uma oportunidade de o idoso expressar as suas vivências e experiências de vida, proporcionando aos alunos de diferentes gerações a oportunidade de conhecer histórias de outros tempos passados.

Outras considerações que merecem ser destacadas são: as atividades escolares trabalhadas propiciaram ao aluno idoso a possibilidade de desenvolver novas competências, além das linguagens artísticas e linguísticas.

No caso da aluna idosa que estava sendo alfabetizada, a atividade sobre o empoderamento feminino incentivou a sua autoestima ao conseguir escrever o seu nome no cartório e ler uma mensagem no celular. As habilidades de escrita e leitura foram trabalhadas na educanda.

As atividades motivam e incentivam o envelhecimento ativo ao propor ao aluno idoso experiências culturais diversas, e o interesse por temas da atualidade.

O protagonismo do idoso, a conscientização dos direitos como cidadão foram estimulados pelas atividades escolares, na medida em que as características etárias e individuais foram valorizadas na execução das atividades.

O incentivo à pesquisa, a leitura de textos diversos como os legais, os poéticos, a prática da oralidade e da escrita, a expressão artística, a troca de ideias entre sujeitos de várias gerações, o incentivo à criticidade, proporcionam a formação de um ser humano autônomo, sujeito de sua própria história.

O poder emancipador da educação foi também citado na atividade de Direitos Humanos, conceito presente nas ideias pedagógicas de Paulo Freire.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação de políticas públicas que garantem direitos aos idosos, a partir da Constituição Federal de 1988, permitiu uma cidadania mais efetiva e proporcionou maior visibilidade a essa população. As leis que amparam o idoso permitiram uma maior conscientização da sociedade em geral sobre as questões que envolvem essa parcela da população.

A erradicação do analfabetismo da população jovem, adulta e idosa do país ainda é uma meta educacional a ser atingida. Entretanto, a realização do recenseamento demográfico (Censo 2020) não ocorreu conforme a previsão de ser realizado, de dez em dez anos. Como consequência, os dados oficiais disponíveis estão desatualizados e a formulação de políticas públicas para a educação ficam prejudicadas em todos os níveis e modalidades de ensino.

O presente trabalho constatou que as contribuições de Paulo Freire na gestão da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (1989-1991) foram importantes na formulação de políticas educacionais da rede de ensino paulistana e do país.

As diretrizes para a construção de uma escola democrática, através da democratização do acesso à escola, democratização da gestão, nova qualidade de ensino, e a implantação da Educação de jovens e adultos, serviram de inspiração para outras redes educacionais brasileiras.

Outro dado preocupante que a pesquisa identificou foi a diminuição no número de matriculados na EJA da rede de educação de São Paulo, ao longo dos últimos anos.

É importante garantir a oferta, o acesso e a permanência dos jovens, adultos e idosos que buscam nessa modalidade de ensino o direito à educação.

Em outra frente, pela análise das atividades pesquisadas, evidenciou-se a influência das ideias de construção de uma educação crítica e emancipadora, propostas pelo pensador Paulo Freire, nas práticas dos educadores. E, portanto, contribuem na conscientização dos direitos, ampliação e enaltecimento dos saberes do aluno idoso.

As dúvidas que pairam sobre o futuro da modalidade de ensino, após o controle da pandemia da COVID-19, são as questões como a evasão de alunos da EJA, o nivelamento e a defasagem na aprendizagem dos estudantes, a oferta de um ambiente escolar seguro, seguindo as normas sanitárias, dentre outros.

O contexto da pandemia da COVID-19, em 2020, também impactou a área de pesquisa educacional com o cancelamento das aulas presenciais, prejudicando a realização de uma pesquisa de campo no espaço escolar.

A realização de estudos que realizem entrevistas com alunos idosos e conheçam as suas experiências escolares, as possíveis situações de preconceito etário, as dificuldades de aprendizagem, são necessárias para a melhoria da qualidade da educação.

Ainda, as pesquisas que observem como ocorrem as relações intergeracionais em um ambiente heterogêneo como os das escolas que oferecem a EJA, a análise do conteúdo curricular e da formação docente são exemplos de temas que exigem uma maior abordagem nas pesquisas da área da educação.

Vale ressaltar que os idosos, cada vez mais numerosos, estarão mais presentes em todos os níveis, modalidades educacionais, e em outras áreas da sociedade. Portanto, os estudos sobre as mudanças das capacidades cognitivas que ocorrem com o avanço da idade, por exemplo, e outros trabalhos das diversas áreas do conhecimento que tratem sobre o envelhecimento são de grande importância.

É importante lembrar as palavras de Paulo Freire (2019) sobre os limites da educação: “A educação não pode tudo. E é exatamente não podendo tudo que pode alguma coisa, e nesse poder alguma coisa se encontra a eficácia da educação”. (p.39).

Temos a convicção de que a escola pode colaborar para o envelhecimento ativo, valorizar a experiência de vida, elevar a autoestima e desenvolver competências específicas do idoso e, desta forma, ter um papel decisivo na construção de uma sociedade mais justa e equânime.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M.F. **A relação intergeracional na EJA**. Monografia apresentada ao Curso Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Educação Física, 2017. Disponível em:

<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/9013/1/De%20Ara%C3%BAjo%2C%20Matheus%20Falcao%20%282017%29.%20A%20rela%C3%A7%C3%A3o%20intergeracional%20na%20EJA.pdf>. Acesso em 15 ago. 2020.

BRANDÃO, C.R. **O que é método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Ministério da Educação, Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília. 2000.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC / SEF, 1998.

CACHIONI, M.; TODARO, M.A. **Política nacional do idoso: reflexão acerca das intenções direcionadas à educação formal**. In: Política nacional do idoso: velhas e novas questões / Alexandre de Oliveira Alcântara, Ana Amélia Camarano, Karla Cristina Giacomini - Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

CAMARANO, A.A. **Estatuto do idoso: Avanços com contradições**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 1990. Disponível em:

http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/CAO_Idoso/Textos/texto-Estatuto%20do%20Idoso%20-%20avan%C3%A7os%20e%20contradi%C3%A7%C3%B5es%20-%202013.pdf. Acesso em 20 de set. de 2020.

CAMARANO, A.A. Apresentação. In: ALCÂNTARA, A.O.; CAMARANO, A.A.; GIACOMINI, K.C. **Política nacional do idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016, p.13-14.

CAMARANO, A.A. Introdução. In: ALCÂNTARA, A.O.; CAMARANO, A.A.; GIACOMINI, K.C. **Política nacional do idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016, p.15-47.

COURA, I.G.M. **A terceira idade na Educação de Jovens e Adultos: expectativas e motivações**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós- Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

DEBERT, G.G. **A Reinvenção da Velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: Fapesp, 1999.

DI PIERRO, M.C.; HADDAD, S. **Transformações nas políticas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil no início do terceiro milênio: uma análise das agendas nacional e internacional**. 2015. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/CC0101-32622015723758>. Acesso outubro de 2020.

DI PIERRO, M.C. A alfabetização e educação de jovens e adultos no Município de São Paulo. *In*: LAMARI, Roberto Eduardo (Org.). **Pensando São Paulo / Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012. Seção 7, p. 177-180.

DIETRICH *et al.* Políticas Públicas voltadas para a pessoa idosa. *In*: DIETRICH, A. A.; HASHIZUME, C.M. (Org.). **Direitos Humanos no chão da escola. Um sonho possível**. Santo André, SP: Universidade Federal do ABC, 2017, p. 84- 96.

EDUCAÇÃO. Secretaria da Educação Fundamental. 3ª ed. Brasília: SEF, 2001.

ELMÔR, T.; MADEIRA, M.C. O idoso e o aprender. *In*: TURA, L. F.; SILVA, A. O. (Org.). **Envelhecimento e representações sociais**. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2012. seção 2, p. 253- 267.

Empoderamento. *In*: **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. Curitiba: Positivo, 2010.

Estatuto do Idoso: (2003). Lei nº10.741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o estatuto do idoso e das outras providências. Brasília: Senado Federal.

FREIRE, P. Audiovisual na educação. Entrevista concedida no I Seminário Nacional do Vídeo Escola. Rio de Janeiro, outubro de 1989. *In*: FREIRE, A.M.A. (Org.). **Pedagogia da Tolerância/ Paulo Freire**. 7ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Editora Paz e Terra, 2020, p.214-220.

FREIRE, A.M.A. Apresentação. *In*: FREIRE, A.M.A.; MENDONÇA, E.F. (Org.). **Direitos Humanos e educação libertadora: gestão democrática da educação pública na cidade de São Paulo/Paulo Freire**. 1ª ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2019, p.11-21.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 8ª ed. Rio de Janeiro :Paz e Terra, 1980.

FUNARI, S. **Caminhos da educação de adultos no município de São Paulo: o livro didático e a abordagem do texto literário**. Dissertação (Mestrado- Programa de Pós- Graduação em Educação: Área de Concentração: Linguagem e Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: s.n., P. 133, 2008.

GADOTTI, M. **Educação de adultos como direito humano**. In Revista EJA em debate. Ano 2, n.2, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/view/1004>. Acesso em 20 de ago. 2020.

GADOTTI, M. **Escola vivida, escola projetada**. 2ªed. Campinas, SP: Papirus, 1995.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E (Org.). **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. 12ª ed.- São Paulo: Cortez, 2011.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ªed. São Paulo: Atlas, 2010.

HADDAD, S. **O educador: um perfil de Paulo Freire**. 1ª ed. São Paulo: Todavia, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO de GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) - CENSO 2021. **Expectativa de vida dos brasileiros aumenta 3 meses e chega a 76,6 anos em 2019**. Disponível em <https://censo2021.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/29505-expectativa-de-vida-dos-brasileiros-aumenta-3-meses-e-chega-a-76-6-anos-em-2019.html>. Acesso em 28 abril 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO de GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Idosos indicam caminhos para uma melhor idade**. Disponível em <https://censo2021.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/24036-idosos-indicam-caminhos-para-uma-melhor-idade.html#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20Organiza%C3%A7%C3%A3o,13%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20do%20pa%C3%ADs>. Acesso em 28 abril 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO de GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 01 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO de GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Complete mortality tables 2008: life expectancy of Brazilians reached 72.86 years of age**. Social Communication, Rio de Janeiro, dec. 1, 2009. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 20 de ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO de GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Projeção da população do Brasil: população brasileira envelhece em ritmo acelerado**. Comunicação Social, Brasília, df, 27 nov. 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 20 de ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO de GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD Contínua TIC 2019: internet chega a 82,7% dos domicílios do país**. Agência IBGE Notícias. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 14 de abril. 2021.

MARQUES, D.T.; PACHANE, G.G. **Formação de Educadores: uma perspectiva de educação de idosos em programas de EJA**. Educação e Pesquisa: Revista da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, v. 36 (2), p. 475 - 490, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/28243/3077>. Acesso outubro 2020.

MINAYO, M.C.S.; COIMBRA JR, C.E.A. **Entre a liberdade e a dependência (introdução)**. Antropologia, Saúde e Envelhecimento. Rio de Janeiro: ed. Fiocruz. 2002.

NERI, A.L. **Qualidade de vida no adulto maduro: interpretações teóricas e evidências de pesquisa**. In Qualidade de vida e idade madura. Campinas: Papirus, p. 9-55, 1993.

OLIVEIRA, M.K. **Ciclos de vida: algumas questões sobre a psicologia do adulto**, 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022004000200002>. Acesso em outubro 2020.

ONU MULHERES BRASIL. **Princípios de Empoderamento das Mulheres**. Disponível em www.onumulheres.org.br/referencias/principios-de-empoderamento-das-mulheres . Acesso em 4 maio 2021.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU**. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em www.ohchr.org . Acesso em 17 nov. 2020.

OPAS- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Folha informativa sobre Covid-19**. Disponível em: www.paho.org/pt/covid19 . Acesso em 5 maio 2021.

OPAS- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Histórico da pandemia de COVID-19**. Folha informativa sobre COVID-19. Disponível em: www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19 . Acesso em 5 maio 2021.

PAIVA, J.; HADDAD S.; SOARES, L.J.G. **Pesquisa em educação de jovens e adultos: memórias e ações na constituição do direito à educação para todos**. Rev. Bras. Educ. vol.24. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/s1413-24782019240050>.

PEREIRA, J.M.M. **A escola do riso e do esquecimento: idosos na Educação de Jovens e Adultos**. Educação em foco, v.16, n.2, p.11- 38, set. 2011/ fev.2012. Disponível em: www.ifjf.br. Acesso em 13 outubro 2020.

SAUL, A.M. A radicalidade da proposta de Paulo Freire à frente da Secretaria de Educação do Município de São Paulo: a construção da escola pública, popular e democrática. In: FREIRE, A.M.A.; MENDONÇA, E.F. (Org.). **Direitos Humanos e educação libertadora: gestão democrática da educação pública na cidade de São Paulo/Paulo Freire**. 1ª ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2019, p.287-304.

SANTOS, P.; SILVA, G. **Os sujeitos da EJA nas pesquisas em Educação de Jovens e Adultos**. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623696660>. Acesso em 12 outubro 2020.

SÃO PAULO (cidade). Câmara Municipal de São Paulo. Estatuto do Magistério Municipal de São Paulo. Lei nº 11.229, de 26 de junho de 1992. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1992/1122/11229/lei-ordinaria-n-11229-1992-dispoe-sobre-o-estatuto-do-magisterio-publico-municipal-e-da-outras-providencias>. Acesso em 29 nov. 2020.

SÃO PAULO (cidade). Casa Civil do Gabinete do Prefeito. **Decreto 27.911/1989, DOM 28/07/1989, p. 01.** Disponível em <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-27911-de-27-de-julho-de-1989>. Acesso em 20 ago. 2020.

SÃO PAULO (cidade). Casa Civil do Gabinete do Prefeito. **Lei nº 11.229, de 26 de junho de 1992, DOM 27/06/1992, p.01.** Disponível em <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-11229-de-26-de-junho-de-1992/detalhe> . Acesso em agosto 2020.

SÃO PAULO (cidade). Casa Civil do Gabinete do Prefeito. **Portaria Secretaria Municipal de Educação - SME nº 2640, de 09 de maio de 1990.** Disponível em <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-secretaria-municipal-de-educacao-sme-4159-de-4-de-maio-de-2020>. Acesso em 20 ago. 2020.

SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Educação. **Dados Gerenciais - EJA. COPED. DIEJA.** São Paulo. 2019.

SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Educação. **Relatório analítico final consolidando os dados da pesquisa de campo e dados secundários com encaminhamento de propostas para a implementação de política de EJA no município com vistas à superação do analfabetismo na cidade.** PRODOC 914 BRZ 1147, Edital nº 05/2016, Termo de referência nº 11, Produto nº 04. Roberto Catelli Junior. São Paulo, 2017.

SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Educação. **Trilhas de Aprendizagem: Educação de Jovens e Adultos - Alfabetização I e II: módulo I - Básica I e II: módulo II.** São Paulo: SME/ COPED, 2020. Disponível em [Trilhas de Aprendizagens – EJA - SME Portal Institucional \(prefeitura.sp.gov.br\)](http://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/trilhas-de-aprendizagem-eja). Acesso em 20/05/2021

SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Educação. Portal Institucional. **Empoderamento feminino na EJA.** Disponível em <http://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/empoderamento-feminino-na-eja> .

SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Educação. Portal Institucional. **Estudantes da EJA promovem intervenção artística em prol da sustentabilidade.** Disponível em <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/estudantes-da-eja-promovem-intervencao-artistica-em-prol-da-sustentabilidade> . Acesso em 18 abril 2021.

VERAS, R. (Org). **Terceira Idade: desafios para o Terceiro Milênio.** Universidade Aberta da Terceira Idade. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/283308062_Terceira_idade_Desafios_para_o_terceiro_milenio (PDF). Acesso em set. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde.** Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf. Acesso em 15 de nov. de 2020.

ANEXO A- Empoderamento feminino na EJA

Trabalho interdisciplinar realizado na EMEF Zilka Salaberry de Carvalho evidencia o poder emancipador da Educação/

Publicado em: 25/03/2019 12h59 | Atualizado em: 30/11/2020



Na zona norte de São Paulo, no bairro Jardim Peri, estudantes que cursam a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Zilka Salaberry de Carvalho, da Diretoria Regional de Educação (DRE) Freguesia/Brasilândia, são estimulados a pensar sobre o papel da mulher e seu poder na sociedade. Atividades e discussões são realizadas durante todo o ano letivo, de forma interdisciplinar, nas aulas regulares das turmas de 1ª e 2ª etapa, que equivalem à alfabetização.

Com uma turma heterogênea no que diz respeito à faixa etária, orientação sexual, cultura e aprendizagens, a Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, Paula Angélica Pimentel Prado, diz não encontrar “histórias de fracasso” quando pensa nas experiências pedagógicas já construídas por seus estudantes. Em sua turma, há adultos que nunca frequentaram uma unidade escolar e que, hoje, orgulham-se de estarem sendo alfabetizados. “Alguns nem conheciam as letras do alfabeto!”, enfatiza a professora.

Paula conta que a temática do empoderamento feminino é uma constante em seu trabalho, pois sabe quantas barreiras são rompidas para que, sobretudo, as mulheres tomem a iniciativa de fazer a matrícula na EJA. “Sair de casa à noite e distanciar-se da família e do esposo para estudar é sempre uma atitude que exige muita força da mulher, devido à cultura machista que ainda está impregnada na

sociedade. Acredito que seja um dever tratar diariamente de temas que as façam se sentirem mais seguras e certas de que estão no caminho certo”, conta a professora.

“Nesta semana, por exemplo, uma aluna nossa, com mais de sessenta anos e que está frequentando a escola pela primeira vez, me disse que foi ao cartório assinar um documento com a cabeça erguida, pois não precisou que ninguém escrevesse seu nome para que ela copiasse. Ela conseguiu fazer a escrita sem apoio pela primeira vez na vida! Lembrar que ela chegou, em fevereiro, sem reconhecer o alfabeto e sem saber o nome, e ouvir esse relato, me emociona! Ela também me disse que o filho lhe enviou uma mensagem escrita pelo aplicativo de conversas e ela conseguiu ler, deixando ambos orgulhosos – e a mim também, lógico!”, comemora a alfabetizadora.

De forma interdisciplinar, a professora – que é polivalente e leciona Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Ciências e Artes durante todos os dias da semana – também fala sobre os tipos de violência doméstica, igualdade de direitos, questões de gênero e estimula a desconstrução da cultura machista, sempre contextualizando com os conteúdos dos diversos componentes curriculares.



Fonte: Reprodução da publicação de SME Portal Institucional. Disponível em

<http://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/empoderamento-feminino-na-eja> .

ANEXO B- Estudantes da EJA promovem intervenção artística em prol da sustentabilidade

Ação chama atenção sobre a produção e o descarte do lixo na sociedade contemporânea

Publicado em: 02/10/2018 18h09 | Atualizado em: 30/11/2020



No sábado, 15 de setembro, estudantes e educadores da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Desembargador Manoel Carlos de Figueiredo Ferraz, da Diretoria Regional de Educação (DRE) Santo Amaro, apresentaram uma instalação e intervenção artística na Mostra Cultural da EJA com o objetivo de chamar a atenção para a extração de recursos naturais e a importância dos catadores de lixo.

A apresentação, repetida para os estudantes da EMEF na segunda, 17 de setembro, também propôs pensar a sustentabilidade vinculada aos 5Rs (Reduzir, Repensar, Reaproveitar, Reciclar, Recusar) para estimular uma mudança de hábitos no cotidiano dos cidadãos e promover a redução do consumo exagerado e do desperdício. A iniciativa também proporcionou a vivência e a valorização das linguagens artísticas no trabalho coletivo realizado na EJA.

As áreas de ciências e geografia trabalharam com os estudantes o tema da produção, consumo e descarte de lixo na sociedade nos meses de julho e agosto,

em parceria com a sala de informática. Nesse processo, foram abordados temas como a lei nacional de resíduos sólidos e o funcionamento dos aterros sanitários. Também foram feitas rodas de conversa baseadas em fragmentos dos documentários “Estamira”, “Lixo Extraordinário”, e dos poemas “Luxo” e “O Bicho”. Nas aulas de português, foram trabalhados os verbos no modo imperativo.

Na intervenção artística, os visitantes foram convidados a entrar na instalação previamente montada na Sala de Informática. Lá, os participantes se depararam com ruídos emitidos pelos computadores, ao exibirem o poema visual Luxo, de Augusto de Campos. Na medida em que entravam, os convidados tinham de desviar dos resíduos pendurados no teto. No centro da sala, um dos estudantes já estava sentado em uma cadeira com correntes ligadas a uma televisão.

Quando todos estavam acomodados, a televisão foi ligada em trechos de propagandas previamente selecionadas pelos estudantes. Enquanto o personagem “o homem na cadeira” e os visitantes assistiam aos comerciais, os demais estudantes, caracterizados de catadores, entravam carregando sacos de lixo nas costas, observando o espaço, as pessoas, e então, também paravam diante da TV.

Em um determinado momento, os comerciais foram interrompidos e todos os estudantes recitaram o poema “O Bicho”, de Manuel Bandeira. Na sequência, foi exibido videoclipe da música Tevê, de Zeca Baleiro e Kléber Albuquerque.

Assim que a música terminou, os personagens começaram a largar os sacos de lixo e um deles estendeu a mão ao homem preso à cadeira. Todos saem. Quando retornam, leem as palavras escritas no chão: “Reduza o consumo, repense, reutilize, recuse produtos que destroem a natureza, recicle, não seja enganado, você realmente precisa disso?”.

A performance da Mostra Cultural da EJA contou com a participação de estudantes da Etapa Complementar II, Etapa Final I e II e com os professores Elisângela Costa, Andre Mazini, Ailton Jacinto, Paulo Zerbato e Osita do Carmo.

Fonte: Reprodução da publicação de SME Portal Institucional. Disponível em [Estudantes da EJA promovem intervenção artística em prol da sustentabilidade - SME Portal Institucional \(prefeitura.sp.gov.br\)](https://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/educacao/index.php?option=com_content&view=article&id=11777:estudantes-da-eja-promovem-intervencao-artistica-em-prol-da-sustentabilidade-sme-portal-institucional&Itemid=102) .

ANEXO C- Eixo Identidade

Identidade é o conjunto das características de cada um. Cada pessoa tem seu perfil, sua personalidade que é constituída na sua trajetória, histórias e memórias vivenciadas ao longo da vida.

Neste eixo vamos falar um pouco da história de cada um. Expectativas, desejos e sonhos farão parte das nossas discussões.

Retrato

Cecília Meireles

Eu não tinha este rosto de hoje,
Assim calmo, assim riste, assim magro,

Nem estes olhos tão vazios,
Nem o lábio amargo.

Eu não tinha estas mãos sem força,
Tão paradas e frias e mortas;
Eu não tinha este coração
Que nem se mostra.
Eu não dei por esta mudança,
Tão simples, tão certa, tão fácil:
- Em que espelho ficou perdida
A minha face?

O poema de Cecília Meireles fala da mudança das pessoas no passar do tempo a falta de percepção dessas mudanças.

Mudamos o tempo todo. O que somos hoje é o resultado das experiências e das vivências significativas que nos afetaram e que nos transformaram ao longo da nossa vida. Isso também já aconteceu com você? De perceber o quanto mudou ao longo do tempo?

